

Aprovada na 985ª sessão

ALADI/CR/Ata 984
20 de dezembro de 2007
Horário: 10h20m às 13h25m

ATA DA 984ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Despedida do Ministro Ricardo Hartstein, Representante Alternado da Argentina.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 980ª, 981ª e 982ª sessões.
 4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2610).
 - Orçamento por Programas da Associação para o ano 2008 (ALADI/CR/PR 242).
 5. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos (ALADI/CR/dt 201).
 6. Definição da data da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.
 7. Assuntos Diversos.
 - Solicitação da Representação da Colômbia a respeito da carta da Associação de Funcionários da ALADI.
-

Preside:

GONZALO RODRÍGUEZ GIGENA

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica, Marcelo Fabián Lucco e Mariana Plaza (Argentina), Marcelo Janko Alvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatris Chagas de Moura, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruíz Capote (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador), Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México), Emilio Giménez Franco, Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi, Emiliano Fernández e María Inés Benítez Riera (Paraguai), Max de la Fuente Prem, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Álvaro Ángel Malmierca Guillama (Uruguai), Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela) e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. É um prazer tê-los aqui reunidos. Hoje temos o que certamente será nossa última reunião do ano de 2007, a 984ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Os senhores têm à consideração a Ordem do Dia. Não havendo observações, dá-las por aprovada.

Não há observações, portanto estamos aprovando nossa Ordem do Dia.

- Despedida do Ministro Ricardo Hartstein, Representante Alternativo da Argentina

Começamos com uma despedida. Hoje despedimo-nos do nosso querido amigo Ricardo Hartstein, Ministro da Representação da Argentina junto à ALADI e ao MERCOSUL.

Ricardo esteve por 8 anos entre nós - um recorde. Se há algum decano aqui, creio que é Ricardo o mais decano de todos os decanos.

Chegou à ALADI depois de uma longa e excepcional trajetória, eu diria que exclusivamente latino-americana. Recorreu os países da América Latina para terminar em uma Organização que precisamente tenta integrar esses países.

O papel de Ricardo nesses anos foi de grande ajuda em nosso processo de integração. Era freqüente vê-lo nos Grupos de Trabalho, era freqüente vê-lo trabalhando até tarde nos períodos mais atribulados, e sempre com um sorriso, sempre com um papel construtivo e positivo para a integração e para colaboração com todos os demais, a fim de chegar a um bom desempenho do conjunto dos membros da ALADI.

Ricardo esteve presente em três Conselhos de Ministros, na verdade teria batido o recorde de quatro Conselhos de Ministros consecutivos se o Conselho de novembro não houvesse sido postergado, mas fica para melhor oportunidade bater esse recorde.

O papel de Ricardo foi muito importante no que diz respeito ao Espaço de Livre Comércio, Grupos de Trabalho, reuniões de Alternos. Além disso, Ricardo possui liderança, essa liderança de estar -como diz Olima- sussurrando coisas ao ouvido, para que o Embaixador pudesse fazer intervenções mais brilhantes do que as que normalmente faz.

Realmente a ida de Ricardo vai ser uma subtração para a ALADI. Vamos sentir muito sua falta, embora, com certeza, seu substituto na Representação da Argentina venha a ter um papel de igual responsabilidade e desempenho.

Em compensação, não vamos sentir sua falta no Uruguai, porque Ricardo deixa parte de seu coração aqui entre todos nós. Assim como ocupa um lugar em nossos corações, deixa um pouco de seu coração em Maldonado. Sabemos que, para ele, Maldonado representa algo de muito carinho e de muito empenho, além de representar um projeto futuro em sua vida.

Gostaria de desejar a Ricardo, em nome de todos nós, a Silvana e a toda sua família, o que há de melhor no seu novo destino, a República Argentina. Ricardo, estamos todos com você, com muito carinho.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Por *non bis in idem*, não vou repetir o que, com eloqüência, expressou nosso Presidente. Somente associo-me a suas palavras, endosso-as em sua totalidade. Naturalmente eu tive menos tempo que alguns dos que estão aqui para cultivar uma relação profissional e pessoal com o Ministro Hartstein, mas creio que foi o suficiente para poder avaliar positivamente suas condições técnicas profissionais e, sobretudo, sua condição humana, que é, definitivamente, o que dá o perfil a cada uma das atividades que desempenhamos em nossa vida.

Certamente, o Presidente foi muito claro ao evocar esse sentimento, por um lado de despedida, mas por outro de permanência, porque o *animus retornandi* do Ministro Hartstein creio estar assegurado por circunstâncias apresentadas pelo próprio Presidente.

Só me cabe desejar a ele e a sua numerosa família, 7 filhos é um número que não parece ser, hoje em dia, a média da família rio-platense, e ao arraigamento que soube construir aqui, o melhor sucesso pessoal, profissional e familiar, que é definitivamente o que conta.

Boa sorte, e reitero que endosso todas e cada uma das palavras do senhor Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Ministro Hartstein.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, senhor Presidente. Obrigado, Gonzalo.

Estou realmente muito emocionado, pois são muitos anos aqui. Esse é um momento importante para mim, e para que eu não me trave, nem “se me trabuquen las palabras”, como dizia Martín Fierro, escrevi algo, o que não é muito habitual em mim, perdoem-me, mas vou ler, para não “quebrarme”, como se diz habitualmente.

Caro Gonzalo, senhor Presidente, senhor Secretário-Geral, senhores Representantes, queridos colegas, amigos todos.

Passaram-se rápidos oito anos desde que cheguei a Montevideu para contribuir com meu grãozinho de areia neste processo de integração regional. Não posso deixar de cair na tentação de fazer um balanço desses 8 anos.

Profissionalmente, devo confessar-lhes que levo, por um lado, um gostinho amargo, esse que nos deixam nossas obras inconclusas, esses sentimentos que nos questionam: fiz todo o esforço de minha parte? À primeira apreciação, pareceria que a resposta é não. Mas isso não é assim, a tarefa é titânica, as dificuldades são grandes e requerem o esforço constante de todos nós, sem que percamos as esperanças, com a consciência plena de que o caminho é longo e às vezes tedioso, mas vale a pena, pois está em jogo o bem-estar de nossos povos.

Também quero dedicar-lhes algumas palavras no que se refere ao aspecto pessoal. Desse aspecto enchemos nossa bagagem, com tudo de lindo que as relações pessoais têm, a alegria, a amizade, o companheirismo, a solidariedade e todos esses sentimentos que enobrecem o gênero humano. O resto, que realmente é pouco, cai no esquecimento. É por isso que quero agradecer-lhes o enorme afeto recebido, levo-o muito bem guardado em minha bagagem, onde carregamos somente coisas boas. As ruins, deixamos à margem do caminho, afinal, para que gastar forças?

Este agradecimento é para todos os colegas, assim como para todos os funcionários da Secretaria-Geral, desde o senhor Secretário-Geral ao Luis, que nos serve amigável e profissionalmente em todas as reuniões. Desejo transmitir-lhes ânimo para continuar o esforço, e também desejo um resultado positivo para o próximo Conselho de Ministros. Muito obrigado por tudo.

- Aplausos

PRESIDENTE. Obrigado, Ricardo, por suas palavras. Vamos oferecer-lhe a bandeja de recordação de praxe.

- O Presidente e o Secretário-Geral fazem a entrega da bandeja de recordação.

2. Assuntos em Pauta.

...Ofereço a palavra à Secretaria-Geral para que nos comunique a respeito dos Assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Assim proceder-se-á.

SECRETARIA (Sofía Camacho). Bom dia. Dos Assuntos em Pauta, que figuram nas pastas dos senhores Representantes, corresponde destacar uma Nota da Representação

Argentina por meio da qual comunica a designação da Conselheira Beatriz Vivas de Lezica.

A Representação Permanente do Paraguai comunica a designação do Conselheiro Emiliano Fernández, e a Representação da República Bolivariana da Venezuela comunica que Yajaira Chinchilla foi designada como “Agregado I” e assumiu suas funções em 3 de dezembro de 2007.

A Representação do Chile informa a preferência de seu país pela realização da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros no dia 11 de março, uma terça-feira, do ano de 2008.

Também corresponde destacar as contribuições recebidas para o orçamento da Associação: Colômbia, no montante de US\$ 92.100.00, Cuba, no montante de US\$ 1.040,76, Peru, numa transferência no montante de US\$ 100.000.00 e Venezuela, no montante de US\$ 399.990,00.

Esses são os assuntos a destacar, senhor Presidente. Obrigada.

“1. Representação Argentina para o MERCOSUL e ALADI. Nota EMSUR - C.R. Nº 159/07, de 26/11/2007.

Comunica que a senhora Conselheira da Embaixada Beatriz Vivas de Lezica assumiu funções nessa Representação a partir do dia 26 de novembro de 2007.

2. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota RP/ALADI-MERCOSUL/4/Nº 143/07, de 31/10/07.

Comunica a designação do Conselheiro Emiliano Fernández, por Decreto do Poder Executivo Nº 10860, para prestar serviços nessa Representação.

3. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº II.2.U3.E1/REP, de 03/12/2007.

Comunica que a licenciada Yajaira Chinchilla foi designada como “Agregado I” e assumiu suas funções em 3 de dezembro de 2007.

4. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 77, de 26/11/2007.

Informa que o Chile tem preferência pelo dia 11 de março de 2008, terça-feira, para a realização da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

5. Representação da Argentina para MERCOSUL e ALADI. Nota Nº 136, de 26/10/2007.

Comunica que cumpriu os requisitos internos necessários para a entrada em vigor do Quadragésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2585.

6. Representações Permanentes do México junto à ALADI e Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Notas Nº 173/07 e 975/07, respectivamente, de 11/12/07.

Comunicam a internalização a seus respectivos ordenamentos jurídicos do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 55.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2611.

7. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 127, de 10/10/2007.

Envia cópia do decreto por meio do qual se dispõe a vigência do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 58.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2568.

8. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 68, de 28/11/2007.

Remete decreto por meio do qual o Protocolo Adicional ao ACE Nº. 8 é incorporado ao seu ordenamento jurídico interno e assinala os mecanismos relativos à sua colocação em vigência e aplicação.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2607.

9. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 955, de 28/11/2007.

Comunica que o Quadragésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio e envia em arquivo o decreto correspondente.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2606.

10. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 950, de 27/11/2007.

Comunica que o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 55 foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio e remete em arquivo cópia do decreto correspondente.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2603.

11. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 951, de 27/11/2007.

Comunica que o Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2 foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio e envia cópia do decreto correspondente.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2604.

12. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 979, de 14/12/2007.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico uruguaio do Sexagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2 (Acordo-Quadro de Interconexão Energética Brasil-Uruguai).

Publicado como documento ALADI/CR/di 2612.

13. Convites recebidos:

Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. Direção de Protocolo e Cerimonial de Estado. Nota de 04/12/2007. Convida o Secretário-Geral a participar da XXXIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum com Estados Associados e Convidados Especiais no dia 17/12/2007, e da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL em 18/12/2007.

14. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Colômbia. Transferência no montante de US\$ 92.100.- correspondente às contribuições do ano de 2008.

Cuba: Quitação contribuição do ano de 2007 - US\$ 820,78; quitação custos financeiros do ano de 2007 - US\$ 0,80; a conta contribuição do ano de 2008 - US\$ 219,18. Total US\$ 1.040,76.

Peru: Transferência bancária no montante de US\$ 100.000.- Quitação do ano de 2003 - US\$ 98.500; ano 2004 - US\$ 1.500.

Venezuela: Transferência bancária no montante de US\$ 399.990, correspondente ao pagamento da cota do ano de 2007 e o saldo dos interesses por mora dos anos de 2005 e conta de 2006.

15. Relatório da Reunião da Comissão de Orçamento por Programas e o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais (ALADI/CR/di 2602).

16. Continuação das atividades no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), o Plano Puebla-Panamá (PPP), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental (ITHO) (ALADI/SEC/di 2117).

17. Relatório sobre a situação do biocomércio nos países-membros da ALADI (ALADI/SEC/di 2118).

18. Relatório da Coordenadora da reunião de Representantes Alternos (ALADI/CR/dt 201)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria.

3. Consideração das atas correspondentes às 980^a, 981^a e 982^a sessões

...Colocamos à consideração as atas correspondentes às 980^a, 981^a e 982^a sessões.

Havendo alguma correção ou consideração em relação às atas.

Não havendo observações, consideramos aprovadas.

4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2610)

...Passemos ao quarto ponto da Ordem do Dia, que é o Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.

Ofereço a palavra à Embaixadora Turbay, Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente.

Começo agradecendo, como sempre, a participação de todas as Representações nas sessões da Comissão de Orçamento por Programas e nas sessões compartilhadas com o Grupo de Trabalho de Assuntos jurídicos.

Nesse caso em particular, vou fazer referência a duas sessões nas quais tratamos o tema orçamentário de 2008. Na Comissão de Orçamento sempre há um amplo debate sobre os temas, posto que devem refletir-se no orçamento a estratégia e o norte que vamos traçando, e os acordos que vamos alcançando em todas as demais áreas de nossa atividade. É assim que quero assinalar que os dois grandes itens de preocupação da Comissão se centraram no orçamento de atividades e de programa de atividades para 2008 e no tema de recursos humanos. Foram os dois grandes blocos.

O primeiro bloco refere-se ao Programa de Atividades. Depois de discussões, reflexões e análises, houve consenso em aprovar um orçamento com caráter preliminar para 2008, acompanhado do respectivo documento de termos de referência. Isso se deu a partir da perspectiva de que o ano de 2008 será de vital importância para a Associação, pois nele será realizado o Conselho de Ministros, e dali se desprenderão atividades novas ou atividades que ajustem e afinem nossa visão até o dia de hoje.

Então, com isso quero dizer que foi aprovado, com consenso, depois desse debate e dessa análise, o orçamento que hoje estamos apresentando no documento 242, que contém o projeto de Resolução que lerei mais adiante. Foi muito importante para nós o acordo de que os Grupos de Trabalho vão continuar revisando de maneira detalhada as atividades a partir de fevereiro de 2008. Gostaria de lembrar, como diz a própria Resolução, no seu artigo Terceiro, que é facultativo ao Comitê de Representantes, em qualquer instância, em qualquer momento, analisar, incluir, eliminar ou modificar atividades e o orçamento correspondente.

Também quero fazer referência a um tema que nós consideramos importante, a respeito do qual todas as Representações fizeram um acordo, qual seja, o tema dos recursos humanos. A esse respeito, quero assinalar que ao ingressar à Sala hoje recebi da AFALADI uma carta dirigida ao Comitê de Representantes que vou permitir-me ler, mas antes farei algumas reflexões, vou informar-lhes e lembrar o ocorrido.

Nós tivemos uma proposta da Secretaria-Geral na qual se alvitrou um reajuste salarial, um abono compensatório foi o nome dado naquele momento, e também foi estudada qual seria a fonte para poder financiá-lo. Esse abono compensatório vinha acompanhado originalmente de dois pontos, quais sejam, o incremento orçamentário e o reajuste salarial.

Em nossas discussões, falamos que nenhum dos três pontos poderiam ser acordados naquele momento, primeiramente porque se deve fazer uma análise em profundidade do tema de recursos humanos para poder chegar a uma conclusão analisada. Em segundo lugar, não se poderia pensar em um incremento de capital porque os países não estavam em disposição de incrementar as cotas como associados e, em terceiro lugar, o reajuste salarial não pode ser feito sem sua conseqüente análise.

Então, também entrou em discussão o tema de que há duas fontes para qualquer decisão: o capital de trabalho e os créditos de capital de trabalho ou créditos de atividades não realizadas. Pensou-se que, em 2007, poderia ter sido tomada uma decisão sem afetar o orçamento de 2008, mas houve uma rejeição por parte das Representações no sentido de que não se quer tomar essa decisão sem a sua respectiva análise e, então, acordou-se que em 2008 a Secretaria-Geral apresentará antes de 15 de abril uma proposta para estudar esse sistema de reajuste, e também foi acordado que as Representações poderiam

também tomar uma decisão para que em 2008 se tomasse algum tipo de medida, que surgisse dessa decisão e dessa análise, e que em 2009 fosse aplicado, de forma definitiva, o reajuste de acordo com as análises da Comissão de Orçamento por Programas e da conseqüente definição no Comitê de Representantes.

Concluindo, foi acordado que neste momento não se faria nada, mas sim se deixaria aberto o estudo e as decisões correspondentes no ano de 2008, e que neste mesmo ano definiríamos sua aplicação.

Hoje, ao ingressar aqui, como assinalei, recebi – não sei se todos os senhores a receberam – a carta dirigida ao Comitê de Representantes pela Associação de Funcionários da ALADI: a AFALADI, que vou permitir-me ler, porque tem relação clara e direta com o ponto que hoje estou mencionando. Escrita em 18 de dezembro, diz:

“Senhores Representantes:

A Associação de Funcionários da ALADI (AFALADI), reunida em Assembléia de Associados, resolveu fazer chegar a presente comunicação mediante a qual formaliza sua opinião e preocupação a propósito da não aprovação de mecanismos compensatórios” -fala da Proposta 277, Rev. 1 e Rev. 2, que é sobre a qual eu estava fazendo referência, a original da Secretaria-Geral- “que pudessem paliar a tremenda perda de poder aquisitivo dos funcionários da Secretaria, em particular, a daqueles que ocupam as categorias mais baixas na escala salarial.

Essa profunda perda reflete-se, principalmente, no aumento dramático das solicitações que o sistema de Empréstimos Sociais da AFALADI recebe, débil paliativo de defesa que os funcionários deveram inventar para enfrentar e suportar situações similares a que vivemos hoje. Esse drama também se reflete no uso recorrente do Fundo de Previsão por parte dos funcionários, com risco, em muitos casos, de descapitalizar seus próprios fundos para aposentadoria.

A AFALADI leva a conhecimento que os funcionários que a integram se encontram muito preocupados com seu futuro econômico, assim como o da própria ALADI. Além disso, encontram-se frustrados pela insensibilidade demonstrada frente a suas necessidades e a suas justas demandas econômicas, em que pesam os argumentos irrefutáveis em que se basearam as diferentes propostas enviadas às reuniões de orçamento.

Nesse sentido, e buscando contribuir para encontrar alguma solução, os representantes da AFALADI ofereceram outra alternativa em suas visitas às Representações Permanentes, que nós, os funcionários, considerávamos viável e que até agora tínhamos a esperança de conquistar.

Lamentamos profundamente que nenhuma das alternativas para enfrentar nossas urgências econômicas pudesse ser concretizada, sendo esta a primeira que, em muitos anos, e frente a situações similares, o Comitê de Representantes não acompanha nossas necessidades.

Por outro lado, não se vislumbra que em curto prazo se implemente uma solução e/ou mecanismo financeiro que permita corrigir e/ou equiparar o nível de ingresso dos funcionários de acordo com o aumento do custo de vida do país sede. Esta situação mantém os funcionários em contínua soçobra, dependendo das vicissitudes do dólar, apesar do instruído no próprio Tratado de Montevideu e o Conselho de Ministros através de

sua Resolução Nº 8 de 12 de agosto de 1980 (CM/Resolução 8) mediante a qual ordena que “se deverá estabelecer um sistema de reajustes de retribuições, tendo em conta a evolução do custo de vida do país sede”. Por sua vez, essa mesma imprevisibilidade nos faz pressupor que os mesmos problemas e dificuldades continuarão nos acompanhando ao longo do próximo ano.

De todas as formas, a AFALADI estará sempre disposta a trabalhar agora e a qualquer momento para encontrar e levar adiante soluções justas para as necessidades da Instituição e de seus funcionários. Sabemos que esses dão o melhor de si, como sempre o fizeram em circunstâncias similares. Mas também prevemos que 2008 será um ano muito duro, dada a atual situação que atravessamos, o que poderia afetar a qualidade e o ímpeto do funcionamento diário da Instituição. Somos conscientes de que o principal capital com que este organismo conta, e que o mantém ativo, são seus funcionários.

Nessas circunstâncias, a AFALADI considera imprescindível que o Comitê de Representantes ofereça uma resposta aos funcionários a respeito desta difícil situação e comunique qual solução considera viável. Cremos que existem alternativas que o Comitê pode adotar em curto prazo e estamos dispostos a contribuir com nossas idéias e propostas nos âmbitos que os senhores considerarem adequados.

Nesses dias que teriam que ser de prosperidade, a AFALADI os cumprimenta com o maior respeito.”

E há uma série, não sei quantas assinaturas, mas bastantes. De todas as maneiras, isso me dá base para lembrar que nós, na Comissão de Orçamento, expressamos uma vontade coletiva de buscar uma medida que pudesse ser aplicada a partir de 2008. Isso foi expresso com toda a clareza, o que não se quis foi adiantar essa aplicação sem que nós abríssimos espaço para os estudos correspondentes.

Também nesse momento a Comissão de Orçamento expressou sua solidariedade e o desejo das Representações no que diz respeito à valorização dos funcionários da Secretaria-Geral como o principal ativo e pilar da Associação, e disso quero deixar constância.

Os demais aspectos tratados na Comissão de Orçamento foram menores, como alterações de nomes nas atividades de modo que reflitam melhor o espírito de dado evento, de reunião de Especialistas Governamentais, por exemplo, passou-se a reunião de Funcionários Governamentais. Além disso, algumas atividades foram incluídas como apoio à Conferência de Avaliação e Convergência, como a reunião de Turismo, por exemplo, e há uma série de atividades que queremos que fiquem incluídas, como constância do norte que gostaríamos de tomar, mas também sob o entendimento que podem ser incluídas mais, ou eliminadas ou ajustadas, de acordo com o nosso próprio processo.

E, como sempre, acordou-se em fazer uma revisão mais próxima e buscar informação nos formatos de apresentação em relação a dois temas, o dos consultores, buscando uma avaliação que permita assegurar resultados mais práticos para os países e os temas que consultam; e o segundo, um quadro sobre as atividades sujeitas à cooperação externa.

Estabeleceu-se, ainda, uma data que foi solicitada à Secretaria-Geral para que daqui em diante as propostas de atividades da Associação sejam apresentadas de um ano para outro, a partir de 1º de julho. Ou seja, em 2008 as atividades para serem realizadas em 2009 devem começar a ser revisadas por nós a partir de 1º de julho do correspondente

ano. Permito-me ler o projeto de Resolução que acompanha o documento 242 que é o que estamos submetendo à aprovação do Comitê no dia de hoje.

“O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os artigos 35, letra e) e 38, letra m) do Tratado de Montevideú 1980 e as Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) do Conselho de Ministros;

CONSIDERANDO As Resoluções 296, 301, 302 e 304 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Aprovar o Orçamento por Programas da Associação para o ano 2008, cujo montante total totaliza US\$ 4.444.335, que consta dos Anexos I, II e III à presente Resolução e da qual fazem parte; bem como os Termos de Referência contidos no Doc. Inf. 877/Rev. 2 - Termos de Referência: Programa Preliminar de Atividades da Associação para o ano 2008.

SEGUNDO.- A Comissão de Orçamento por Programas realizará o acompanhamento do Orçamento por Programas da Associação e fará as recomendações pertinentes ao Comitê de Representantes para que sejam feitos os ajustes que corresponderem na execução e no desenvolvimento do Programa para o ano 2008.

TERCEIRO.- O Orçamento por Programas contido nesta Resolução poderá ser ajustado pelo Comitê de Representantes com vistas a modificar e introduzir as atividades que corresponderem, em função dos mandados do Conselho de Ministros da Associação a realizar-se no mês de março, bem como de outras reuniões de altos funcionários que venham a ser realizadas em 2008. Se necessário, o Comitê de Representantes autorizará a utilização do Fundo de Capital de Trabalho”.

Isso é tudo que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Está à consideração dos senhores Representantes o projeto de Resolução.

Devo somente acrescentar que me foi entregue oficialmente, como Presidente do Comitê de Representantes, a mesma Nota entregue à senhora Representante da Colômbia. Pensava em introduzi-la em Assuntos Diversos, mas a leitura da mesma por parte da Representante da Colômbia me exime de tal necessidade.

Está à consideração dos senhores Representantes o projeto de Resolução.

Não havendo observações... Tem a palavra a Representação do México, desculpe.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós gostaríamos de propor um ajuste no artigo Três, que consideramos resultar mais adequado. De acordo com o mencionado pela Presidenta da Comissão em seu relatório, propomos que em lugar de “poderá ser ajustado” seja “será ajustado” em função das Resoluções do Conselho de Ministros e de todas as atividades que se realizarem, ou seja, que estão por realizar-se. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito bem. Está à consideração. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, bom dia. Para fazer uma menção em particular a uma atividade que a Representação da Venezuela incorporou ao anexo III desse documento, referente à incorporação dos assuntos vinculados à integração social na ALADI, e para dizer que entregaremos em 2008, possivelmente, antes que sejam feitos os ajustes necessários, um documento, diríamos, mais substancial, além dos termos de referência que rapidamente apresentamos para a incorporação dessa atividade. Insistimos que é um tema que segue sendo prioritário no âmbito da integração, a nosso ver, então, anunciamos que vamos entregar um documento como um âmbito geral e algumas perspectivas desse tema no âmbito da Associação.

PRESIDENTE. Toma-se nota da apresentação que a Venezuela fará a respeito desse ponto.

Não havendo mais observações, com o ajuste proposto pelo México, damos por aprovado o projeto de Resolução.

Gostaria de enfatizar que certamente o Comitê de Representantes trabalhará muito seriamente no tema dos recursos humanos, levantado pela Representante da Colômbia, levando em conta a preocupação dos funcionários e seu espírito de colaboração. Consta que vários Representantes fizeram grandes esforços, no mesmo sentido, para as remunerações de seus próprios funcionários nas Representações, assim que certamente têm muito claro o problema, e para o mês de abril estaremos em condições de tomar uma resolução, conforme mencionado pela Representante da Colômbia.

Esta Resolução fica registrada com o número 322*.

5. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos (ALADI/CR/dt 201)

...Passamos à consideração do quinto ponto da Ordem do Dia. Para realizar o relatório, passo a palavra à Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos, a Alternada do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Muito obrigada, senhor Presidente. Bom dia a todos.

Informo sobre o resultado das reuniões realizadas pelos Alternos. Cumprindo com o pedido solicitado, em 28 de novembro, os Representantes Alternos reuniram-se com o objetivo de tratar das propostas de programa para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio, apresentada pela Representação Permanente do México e pela Secretaria-Geral.

No que diz respeito ao tema do programa de trabalho, surgiu a opinião das Representações que as condições para avançar e realizar um programa de trabalho não estavam dadas, nesse momento. Tratou-se, ainda, de todos os temas, como encomendado em uma reunião de Chefes de Representação, os projetos de Resolução que estavam sendo preparados para o Conselho de Ministros.

* A referida Resolução está anexa à presente ata.

Como resultado das deliberações, os Representantes Alternos estão elevando à consideração do Comitê de Representantes os projetos de Resolução anexos ao Relatório que os senhores têm à mesa, preparado pela Secretaria, no qual se anexam todos esses projetos de Resolução, onde ficaram explicitamente distinguidas as posições que cada Representação tem sobre os distintos temas, pois estão claramente individualizadas em cada projeto.

Das oito Resoluções, pode-se dizer que há duas que estão com problemas de acordo, porque estão praticamente todas acolchetadas, que é o documento 878/Rev. 5, Aprofundamento da Liberação do Comércio de Bens e o 870/Rev. 3, Diretrizes para a elaboração de um Regime de Solução de Controvérsias. Os demais projetos, ainda que tendo colchetes e diferentes posições, estão mais próximos de alcançar um consenso.

Também foi objeto de análise, a pedido de alguma Representação, e a Coordenação entendeu como pertinente, a análise do Projeto de Resolução que convoca para a Conferência de Avaliação e Convergência. Essa Resolução não é objeto de acordo, essa convocatória figura dentro do que é o Relatório. Aqui também temos diferentes posicionamentos sobre como essa Convocatória para a Conferência de Avaliação e Convergência deve ser feita, o conteúdo de sua agenda e, portanto, também está incluída dentro desse pacote - como nomeado em algum momento - de projetos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministra Rabbaglietti. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente.

Farei uma breve referência a um projeto de Resolução que nos deu bastante trabalho, que é o Regime Regional de Solução de Controvérsias. Ontem, este Coordenador, coletando as observações das últimas reuniões, preparou dois documentos que, segundo entendo, já circularam. Neste projeto de Resolução consta a versão original do documento informal 870 Revisado 3, no qual são reunidas as observações e correções que o Coordenador assume de sua própria responsabilidade e apresenta uma Revisão 4 sobre o projeto de Resolução à consideração dos senhores, quando julgarem conveniente, no qual se procura essencialmente reunir os consensos, como foi o esforço que este fez, de maneira que possamos ter uma definição neste âmbito.

A Secretaria me informa que deve ser feita uma correção em uma parte dos "considerando", que meu ânimo simplificador parece que foi além do conveniente, mas o essencial encontra-se nos "resolve". Não sou eu quem deve falar dos aspectos positivos desta proposta, mas creio ser uma síntese dos trabalhos nos quais solucionamos, em grande medida, as controvérsias que tínhamos entre nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Gostaria de fazer uma pequena menção, como Presidente do Comitê, expressando minha preocupação pela situação por nós enfrentada.

Como ficou claro, estamos longe de alcançar um consenso, isso se manifesta especialmente em duas das Resoluções, sobretudo, no que tem a ver com o âmbito de aplicação de tais Resoluções, que são a Resolução sobre o Aprofundamento da Liberalização e sobre Solução de Controvérsias.

Lembremos que tal falta de consenso e tal quantidade de colchetes nessas Resoluções põe em questão o conjunto das Resoluções a serem adotadas, já que deixamos claro nesse Comitê e nas reuniões de Chefes que se trata de um pacote único para o caso da aprovação dos projetos, já que as Resoluções estão todas intimamente relacionadas.

Eu diria que, neste momento, constata-se duas prioridades estabelecidas no ânimo das negociações. Uma é a convocatória do Conselho de Ministros e outra é a Convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência. Dá a impressão, por momentos, que essa última e as linhas da convocatória fazem empalidecer a importância da Reunião do Conselho de Ministros. Gostaria de deixar clara minha preocupação acerca da importância da próxima reunião do Conselho de Ministros e da necessidade de que avancemos nos conteúdos que tal reunião deve ter, nos consensos ou nas Resoluções que devemos apresentar como Comitê de Representantes a tal reunião do Conselho de Ministros.

Queria deixar estabelecidas estas preocupações, porque esta é a última sessão deste ano e temos, além disso, que nos colocar de acordo na forma de trabalho que vamos ter a partir do reinício de nossas atividades, assim como no que diz respeito à data na qual vamos reiniciar as mesmas.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente.

Na vida, eu acredito que, quando nós fazemos algo, queremos progredir. Em tudo o que fazemos, do aspecto mais pessoal ao profissional, não há nada mais frustrante do que trabalhar ou fazer algo e ver que as coisas estão andando para trás.

Não posso definir e não vejo como definir de outra maneira o fato de que regredimos. Trabalhamos aqui entre nós nas reuniões dos Chefes de Representação, creio que duas ou três reuniões, agradeço muito o trabalho dos Alternos, eles fizeram todo o esforço que poderiam ter feito, mas na verdade temos um resultado muito pior do que tínhamos quando tivemos a última reunião de Chefes de Representação. Nela, lembro-me, foi definida e classificada aqui, e muitos estiveram de acordo de que já fosse um resultado fixo. Um resultado que meu colega de Argentina chamou de pobreza franciscana, e creio que todos nós estivemos sensibilizados pelo fato de que havíamos chegado a um *minimorum*, para usar a expressão de meu colega da Argentina.

Regredimos, e disso não duvido. A verdade de tudo é que, quando o senhor Presidente apresentou algumas propostas fundamentais para que possamos seguir adiante no objetivo de, eventualmente, criar um Espaço de Livre Comércio, como por exemplo, no caso da Resolução de acesso a mercado em bens, os objetivos do projeto que o senhor apresentou eram muito mais definidos, muito mais concretos.

Lembro-me, por exemplo, de que havíamos discutido, incluído em outro projeto de Resolução dos PMDER, a proposta da liberalização imediata para os PMDER's do comércio, o que conseguimos discutir na última reunião de Chefes foi que promoveríamos uma liberalização no prazo mais curto possível, o que significa, acredito, menos do que pobreza franciscana ou menos ainda que *minimorum*, ou seja prazo mais curto possível pode significar, 5 anos, 10 anos, 20 anos, o que for.

Também em seu projeto constava a questão de criar, de estabelecer uma meta, de fixar para 2019 uma meta de liberalização de 90% para a região, nos acordos regionais e

bilaterais. Havíamos estipulado, inclusive a porcentagem de 90% para o comércio regional. O que foi conseguido e definido aqui como pobreza franciscana e *minimorum* é que seria fixada em 2008 uma meta, porque o México, lembro-me bem -e acredito que devemos citar nomes- havia pedido, com certa razão, que deveríamos primeiro analisar o que íamos fazer para depois, então, fixar uma meta. Então, pensamos que isso tinha sentido e decidimos que no final de 2008 fixaríamos uma meta sobre a base da análise, como proposto pelo México.

Sobre a questão do aprofundamento dos esquemas regionais, havíamos falado de, talvez, ver as possibilidades de aprofundar a PTR. A Argentina fez uma proposta, inclusive muito mais concreta, com porcentagens, reduzindo a lista de exceções, e o que se discutiu aqui, o que se incluiu no projeto de Resolução, era de que convocaríamos a Conferência para analisar o aprofundamento e a convergência dos esquemas regionais na região.

E essa espécie de entendimento, bem, não houve entendimento, pelo menos nesse pacote discutido aqui -desculpem-me por tirar um pouco do tempo dos senhores, Presidente, mas é importante que possamos refletir sobre isso-, quando tudo isso foi discutido, houve Representações que chegaram a dizer que necessitavam de instruções das capitais, tivemos que esperar uma segunda reunião dos Chefes de Representação. Houve momentos em que uma ou duas Representações tiveram que telefonar para suas capitais para chegar a alguma conclusão e para que pudéssemos, ao menos, chegar a um texto que fosse mais ou menos aceitável como texto de trabalho para nós. Não houve consenso, mas ao menos se chegou a um texto de trabalho.

Aconteceu que, nas reuniões dos Alternos, essas mesmas Representações que haviam aceitado e haviam telefonado para suas capitais para dizer se estavam ou não de acordo e voltavam aqui para dizer que estavam de acordo, nas reuniões de Alternos já não aceitavam nem aquilo que elas mesmos disseram que estavam de acordo aqui na reunião de Chefes de Representação. Ou seja, os Alternos não aceitavam o que seus chefes haviam aceitado aqui sob instruções das capitais.

A verdade é que, quando se discute isso, quando nós, os Chefes do Comitê de Representantes, estamos aqui discutindo todos esses pontos, quando se esperava que as Representações recebessem instruções das capitais, aqueles que haviam dado propostas mais ambiciosas ou mais concretas estavam baixando o nível de ambição. Nós todos fizemos movimentos, diminuimos o nosso nível de ambição, fizemos concessões para chegar a um ponto intermediário que fosse aceitável como documento de trabalho para todos.

Então, nada mais frustrante, decepcionante e realmente desencorajador que fazer concessões para o bem de um entendimento, fazer movimentos, baixar o nível de ambição, aceitar frases que não significam, verdadeiramente, nada, como “promover a liberalização no prazo mais curto possível para os PMDER”. Isso não significa nada. Ou dizer, por exemplo, que “será convocada a Conferência para analisar o aprofundamento e a convergência do esquema regional”: isso também nada significa. É muito menos, desculpe-me Embaixador Olima, que pobreza franciscana, é miséria franciscana, o que for, mas chegar a baixar o nível de ambição, fazer concessões, movimentos para tentar chegar a um texto que pudesse ser trabalhável, mandar esse texto -acredito e falo, foi um erro ter feito isso- para os Alternos para que ainda se dilua mais, quando houve mais ou menos discussões aqui, concessões, negociações, então, eu não sei aonde estamos indo, creio que para trás, Presidente.

Compartilho minha preocupação. Afinal, temos uma reunião do Conselho de Ministros em pouco tempo, em janeiro não se pode trabalhar muito nem avançar sobre muita coisa, já estamos no final do ano, temos somente fevereiro para trabalhar... Se é para ter, Presidente, uma reunião do Conselho para eleger o próximo Secretário-Geral, e somente para isso, dá-me vergonha ter que pedir a meu Chanceler que venha a esta reunião.

Queria somente compartilhar minhas preocupações com o senhor, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Lamento dizer que, por meio de nossas intervenções, vamos dar razão àqueles que pensam que a ALADI é um bom lugar para fazer terapia em grupo, porque compartilho cada uma das preocupações apresentadas pelo senhor Presidente, compartilho as percepções que a Delegação do Brasil acaba de expressar. Nisso temos que ser realistas, eu, de nenhuma maneira, acredito que nenhum Alternos esteja provocando uma revolução em sua respectiva Representação, então, se há retrocessos, é porque na realidade não existe -e devemos chamar as coisas pelo seu nome- a vontade política de avançar definitivamente. Isso é o que se expressa nas reuniões do Comitê de Representantes, nas reuniões dos Alternos, e em que, ao longo de três anos de trabalho tentando implementar as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), temos esses textos que, além de não dizer nada, tudo o que dizem está acolchetado.

Presidente, cada Representação deve assumir sua responsabilidade, no caso da Representação argentina, temos a absoluta convicção que incentivamos, desde o primeiro dia até agora, as tratativas para alcançar os melhores resultados possíveis: em cada um dos temas tomamos iniciativa, apresentamos propostas ambiciosas, não importa se acesso a mercados -claro que para aqueles que têm uma visão ótima das coisas, nossas propostas não eram suficientemente ricas- mas a realidade é que sentimos que, desde o Grupo de Trabalho de Forças Produtivas ao Acesso a Mercados, passando por Solução de Controvérsias, a Representação argentina tentou incentivar acordos que facilitassem a integração de nossos países.

Fazemos isso porque estamos absolutamente convencidos de que nenhum de nossos países, sozinho, tem a possibilidade de enfrentar os desafios que apresenta o mundo contemporâneo. E isso é uma experiência histórica que os argentinos têm e por isso tentamos incentivar acordos, mas obviamente não se podem alcançar os resultados quando alguns têm uma visão absolutamente diferente, demonstrada de milhões de formas.

São desgastantes as discussões no Grupo de Trabalho, que depois voltam a ser abordadas nas reuniões de Alternos, que voltam a ser debatidas nas reuniões de Chefes de Representação, que voltam a ser discutidas nas reuniões de Comitê e depois de tudo isso, ainda não estamos de acordo. Vemos isso ao longo desses três anos, reiteradamente.

Como última contribuição para que algum caminho seja adotado, a Argentina retira absolutamente todos os colchetes indicados nas reuniões de Alternos, assinalando, junto com tudo isso, Presidente, que, com absoluta franqueza, se esses são os temas que vamos tratar, nós vamos aconselhar nosso Chanceler a não estar presente na próxima reunião do Conselho. A verdade é que, ao longo deste último ano, impulsionamos reuniões de Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração para dar um salto qualitativo, depois dessas duas reuniões, tivemos linhas claras, apesar das dificuldades de obter os

consensos e voltamos para trás reiteradamente. Então, eu digo que não se pode forçar a caminhar aqueles que não têm vontade de caminhar. Portanto, devemos deixar claramente estabelecido quais de nós têm vontade de avançar no processo de integração e quais não. Além disso, penso ser necessário não continuar insistindo em idéias inúteis, o problema não consiste em buscar novas idéias, em buscar alternativas de redação, porque já fomos descendo de degrau em degrau até o nada, que é o que temos hoje. Sinceramente não temos nada.

Então, temos que ter consciência disso, com absoluta franqueza, acredito que, nos 40 dias laboráveis que nos restam até a reunião do Conselho, isso não vai se reverter. Pelo contrário, provavelmente coloquemos colchetes até mesmo nos títulos. Simplesmente gostaria de compartilhar a preocupação de que, a esta altura das circunstâncias, essa situação não pode ser revertida, porque tentamos todos os caminhos possíveis, desde a reunião de Altos Funcionários. Terá que chegar um momento em que reflexionemos com maior profundidade sobre tudo isso, e vejamos se vamos condenar a ALADI a simplesmente ser uma espécie de notariado, onde se registrem os acordos que havíamos alcançado historicamente e algum Protocolozinho adicional que assinemos, ou realmente a ALADI pode se tornar um instrumento de integração, como concebido e como nós gostaríamos que fosse. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente.

Evidentemente, a Colômbia compartilha sua preocupação e, ao pedir a palavra, quero fazer algumas reflexões para compartilhar com todos. Primeiramente, é um propósito para a Colômbia trabalhar na integração. Há um claro compromisso do país com esse tema, há uma permanente intervenção com o ânimo de contribuir e impulsionar nossas estratégias, em nossa visão, da integração como elemento fundamental na vida dos países, e na vida da Colômbia.

Nós entendemos que a região mudou, que há crise. Quando passou a Cúpula do MERCOSUL, todos nós víamos como também, em cada uma das instâncias regionais, vão-se projetando as mudanças que vão acontecendo na região, e não devemos esquecer que na ALADI não estamos eximidos de sentir e de refletir esses processos que estão acontecendo. Da maneira que eu vejo, às vezes, a crise, como na qual podemos nos encontrar, é mais um sinal de mudança do que um sinal de estancamento, e temos que observar essa oportunidade por meio dos instrumentos que temos.

Diria que não existe nenhuma dúvida no propósito da integração, no propósito do estabelecimento de um Espaço de Livre Comércio. Necessita-se de uma reflexão, um exercício de reflexão profundo, e não nos demos o espaço para fazê-lo adequadamente. Há muitos anos estou aqui sentada, expressando a posição da Colômbia -e às vezes minha própria opinião- e lembro de, no passado, haver convidado para um exercício de reflexão que denominei, naquela oportunidade, como de planejamento estratégico. Suscitou resistências, mas às vezes nos deixamos confundir pelos nomes e esquecemos a essência do que estamos tentando fazer.

Não se perdeu, desde aquele momento até agora, a necessidade do exercício de reflexão profunda para determinar a ação e o norte político da ALADI e os procedimentos de como nos inserirmos nesse processo e de como seguir adiante.

Expressamos aqui a necessidade de reflexão, quando falamos da Conferência de Avaliação e Convergência. Ou seja, esse é um ponto que quero colocar sobre a mesa como algo em que estamos todos de acordo.

Estive pensando em uma idéia que gostaria de expressar: a próxima reunião do Conselho de Ministros tem vários objetivos, um é, naturalmente, a eleição do Secretário-Geral, a definição desse tema. Mas acredito que nós podemos convidar nossos Chanceleres para uma reunião deliberativa. Eles não viriam assinar Resoluções, mas sim viriam revisar temas, possibilitando que Resoluções se originassem dessas reuniões.

Penso que poderíamos fazer um Conselho e atribuir-lhe uma estrutura diferente, na qual unamos os propósitos reflexivo e mandatário, de maneira que não creio que a incapacidade prévia de definição política ao Conselho de Ministros seja um obstáculo ou um impedimento para que os próprios Ministros sejam aqueles que determinem o norte a seguir, com os insumos oferecidos por nós.

Penso que é uma boa instância para ser tomada como um ponto, não para onde vá o produto pré-cozido, mas sim para onde vá bem organizado para que os próprios Chanceleres debatam. Assim, se isso for feito, - penso que o exercício de reflexão ou de implementação posterior pode denominar-se como quisermos -, buscamos o instrumento adequado. Algo que também noto em todas nossas sessões é a existência de um temor de deter-se em uma idéia particular, parece que necessitamos de uma espécie de abertura e de capacidade de reflexão sincera. Penso que isso poderia ser uma boa instância.

Outra coisa que também penso que poderíamos prever é que o medo está presente ao tomar determinadas decisões que afetem os interesses de determinados países. Eu gostaria de propor que nós também nos abrissemos para ver de que forma aqueles que necessitam de apoio particular recebessem-no de maneira particular; e aqueles que necessitam avançar conjuntamente com um propósito e com mais definição fizessem-no. Mas para isso aqueles que requerem nosso apoio deveriam recebê-lo e deveríamos estudar a maneira de fazê-lo, de maneira que não ocorresse o que viemos firmando, que, às vezes, um de nós obstaculiza o resto dos onze. Assim, o ideal é que, qualquer que seja o resultado, onze a um, dez a dois, continuemos avançando.

Com isso quero dizer que esta crise, este estancamento que sentimos, é um sinal da necessidade de uma mudança mais profunda, de uma reflexão mais profunda, e da busca nessas instâncias. Definitivamente, a ALADI é um pilar e um baluarte dentro do processo da integração regional, e eu diria que o fato de ser um "tabelionato" nos faz sentir sólidos, tal como foi a ALADI através do tempo, e o que estamos fazendo é abrindo uma instância de capacidade de negociação, de participação e de uma maior dinâmica dentro do processo de integração.

Compartilho com os senhores, colegas, o que falamos e proponho fazer um Conselho de Ministros deliberativo que cumpra com essa função, organizemos e o encaminhemos até esse tema, até esse formato particular. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora Turbay. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de transmitir algumas precisões desta Representação, como Alternos. A impressão que senti dos meus demais colegas é que sempre tivemos o espírito de avançar, de buscar soluções para as diferentes dificuldades que temos encontrado na avaliação dos

projetos de Resolução. Este exercício ao qual estivemos submetidos não é nada fácil, qual seja, tentar conseguir acordos nos quais pudéssemos avançar segundo os mandatos recebidos das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII).

Acredito que o primeiro tema que temos de refletir é que essas Resoluções, sobretudo a 59 (XIII) que emanou também de um processo duro de negociação nesta sala, não tiveram claramente definido a forma de implementação. Desde outubro de 2004 até hoje, estivemos envolvidos na forma de como implementar essa Resolução, e nesse caminho observamos que todos os países têm uma agenda definida de trabalho, têm objetivos concretos, prioridades que já estão decididas e nós tentamos trazer essa agenda aqui e convergi-la, o que não tem sido nada fácil.

Somente tivemos dois anos, talvez dois anos e meio na prática, para tentar demonstrar alguma conquista no cumprimento das Resoluções e concretizar uma agenda, a qual nos levaria a esse Espaço de Livre Comércio. Creio que convergir nessa agenda é um trabalho que, de repente, vai, no exercício e na prática, demonstrar-nos que levará mais tempo do que o imaginado.

Nos Grupos de Trabalho, sobretudo no de Acesso de Mercados, inclusive o senhor, como Presidente, pôde ter a oportunidade de ver o difícil que foi a tarefa de apresentar projetos que pudessem ser aceitos como documentos de trabalho.

Nesse sentido que esta Representação, em um primeiro momento, propôs que dada a indefinição que atravessavam os diferentes temas, dever-se-ia avaliar a possibilidade de elaborar um projeto de Resolução 59 *plus* e talvez não avançar em projetos concretos.

Como essa idéia não prosperou, e continuou-se com a intenção de propor projetos de Resoluções em cada tema, esta Representação também sugeriu a convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência, dado que percebíamos no ambiente que não havia uma definição política. Lamentavelmente, nas duas reuniões de Altos Funcionários que tivemos aqui, não houve linhas claras nem concretas que nos permitissem avançar.

Essas indefinições levaram-nos à necessidade de convocar esta Conferência de Avaliação e Convergência para que possam vir os plenipotenciários e, em cumprimento do artigo 33 do Tratado de Montevideu 1980 onde estão perfeitamente claras as atribuições que têm, possam delinear a implementação da Resolução 59 (XIII). Esse é o objetivo que nós perseguimos. O Peru é um país que crê decididamente na integração, e considera que esse é o caminho que temos que seguir. Definitivamente todos os países aqui presentes têm sua própria agenda e devemos buscar alternativas que nos permitam convergir.

Nesse caso, eu pediria que trabalhássemos para preparar essa Conferência que nos vai tomar um bom tempo. Creio que podem sair idéias interessantes do Conselho de Ministros, tomando um pouco a proposta feita pela Embaixadora da Colômbia, mas, afinal, serão os técnicos plenipotenciários que nos vão dar as definições que vamos requerer para poder implementar a Resolução 59 (XIII), que é o objetivo perseguido nos últimos 3 anos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom dia a todos.

Creio que estamos em uma sessão como se fosse 31 de dezembro, uma sessão de despedida, de lembranças e de promessas. Quero também fazer minhas reflexões a esse respeito, e espero não sair muito do tom.

Coincidindo com as apreciações iniciais do Brasil e da Argentina, com o que foi apresentado pela Colômbia e pelo Peru, creio que há um sentir, não quero repetir o que foi dito, e assumo como adequado. Quero aportar, ou aprofundar um pouco como entendo o que está acontecendo. Muitas vezes insisti que nossos sistemas de pensamento, usados pela maioria das pessoas, estão muito atrasados, creio que eles têm mais de 100 anos do que aquele que deveríamos usar para estar na vanguarda. Isso foi apresentado por mim amplamente em outra sessão e, portanto, a esse tema não farei referência nesta oportunidade.

Mas gostaria agora de mencionar outro ponto, que não foi mencionado. Hoje em dia, não é usual, mas, por volta das 2 da manhã, estive pensando na ALADI, com um grupo reduzido de pessoas, no beco sem saída no qual parece encontrar-se neste momento, e pensei em como sair desse beco. Penso que, além do problema de pensamento que usamos e que não corresponde à era da informação, mas sim à era da indústria, há um problema de tempo. Na América Latina ocorrem todas as culturas que existiram na humanidade, todas as formas de pensar e todos os tempos, e creio que o tempo que predomina ainda é do tempo feudal. Dizem em meu país, “devemos dar tempo ao tempo”, e no tempo feudal que passe um século ou vários séculos é o mesmo, estamos tranquilos, devemos dar tempo ao tempo, que é o tempo com o qual atuam muitas burocracias de nossos países. Passam sempre reuniões e reuniões sem parar, produzindo montanhas de papéis para justificar os salários, mas sem preocupar-se pelo significado profundo dos conteúdos e pela validade das propostas com relação às necessidades postergadas de nossos povos, para superar os obstáculos da integração, do atraso e da pobreza. São como rolhas que sempre estão boiando, eles permanecem enquanto as autoridades políticas lamentam, vivem em seu ritmo pessoal, sem compenetrar-se, sem comprometer-se com os processos históricos de mudança. Por considerarem-se técnicos, não compreendem os processos políticos que são integrais, seus ritmos de trabalho não correspondem aos momentos históricos de mudanças, como o presente.

No início do Século XX, com Taylor, foi apresentado no passar do tempo industrial, se disse que o tempo é ouro, não? Que não devemos desperdiçar o tempo, e para isso devemos trabalhar mais, mais intensamente, mas agora se vê que isso não é suficiente. Em um tempo relativista, temos que viver a eternidade do instante, em um instante que simplifique e abrevie muitos outros tempos, mas para viver esse tempo, temos que o viver apaixonadamente, em profundidade como se fosse o último que faríamos na vida.

Na Cúpula do MERCOSUL, que acaba de terminar, houve uma participação, erroneamente designada como de Singapura, da Associação de Países do Sudeste Asiático. Em sua última intervenção, foi apresentado o fato de que os países unir-se-ão, mesmo possuindo diferentes posicionamentos políticos, em 2015. Ou seja, eles propõem-se, dentro de 8 anos, a reunir-se e a integrar-se, o que nós não fizemos em 47 anos, eles farão, porque são sociedades que estão na era da informação, na era de Einstein e Bohr, e não de Newton e Descartes, vivendo o tempo histórico. Há dois tempos em que nós não vivemos, um tempo histórico, conseqüente com as pressões dos cidadãos e de nossos povos que exigem sair dos atrasos muito grandes que temos, mas há outro tempo que nós não nos damos conta –e o Presidente Correa com freqüência o menciona-: vivemos uma mudança de era e temos que nos colocar na vanguarda dessa era, da era da informação que tem um compromisso com o tempo e com o pensamento. O presidente, neste momento, está inserindo-a no país, porque está exigindo dos principais funcionários que

trabalhem com intensidade, como a época requer, ou que fiquem fora do caminho. O país e os povos não podem dar-se o luxo de marchar nos tempos de outras eras, de etapas passadas da humanidade; nessas lentidões de como cada um percebe os tempos. Assim vejo o assunto. Há uma urgência, um grito de clamor de nossos povos, e, lamentavelmente, existem pessoas surdas, insensíveis.

Descobri há pouco que havia um livro de um grande pensador japonês, Kenichi Ohmae, um dos primeiros que apresentou, há muitos anos, a economia globalizada. Encontrei no mercado de Tristán Narvaja um livro usado de Ohmae, de 94, no qual propõe o fim dos Estados Nações nesta era da informação, mas não é que os Estados Nações vão desaparecer, mas sim que não tem sentido que fiquem isolados, não há nenhum país que possa sobreviver sozinho, autônomo. Ohmae já apresentava essa idéia, e agora a estamos vivendo, estamos vivendo a era das economias regionais. O Brasil está fazendo um grande esforço, compreendendo essa situação, mas não nossos outros povos, temos que fazer estradas e vias de comunicação paralelas em nossos países que estiveram incomunicáveis até agora, para que, por fim, possam integrar-se e unir os dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, e construir os Estados continentais, como proposto por Perón e depois por Alberto Methol Ferré.

Então, temos que compreender que todos nós devemos nos reeducar, tomar consciência coletiva sobre a necessidade das economias regionais e a necessidade das integrações regionais de Estados regionais, como é a União Européia, a Índia, a China e a Rússia, para converter-nos em uma força, pois os países sós não têm futuro e muito menos os pequenos. As uniões não podem ser somente políticas, e também não podem ser alfandegárias ou referentes somente a problemas econômicos, esses que às vezes se discutem muito na ALADI, mas não se materializam. A América Latina vai ficar isolada, empobrecida, em curto prazo, porque está surgindo um novo Estado continental, que é o sudeste asiático, de uma série de ilhas e pequenos países que decidiram ser um bloco, o mais dinâmico do mundo, que superando os problemas ideológicos e econômicos, unem-se. Em compensação, nós temos culturas comuns, temos línguas comuns, incluindo o português, lamentavelmente, não nos unimos porque nossos países não estão respondendo ao clamor dos povos, ao clamor do tempo histórico dos povos ou da era da informação, nem à consciência histórica que deve mudar. Estamos respondendo aos interesses pequenos e mesquinhos dos setores econômicos de nossos países, que são os que indiretamente condizem por debaixo de seus mecanismos de poder na ALADI e que fazem com que as coisas não avancem.

Ontem pensava o que vou falar em seguida. O problema é que se em um tema 8 países coincidem, mas 1 ou 2 se opõem, então, não se pode avançar e tem que se chegar a um ponto intermediário, baixando o nível para ver se todos coincidem. Então, acho terrível que 1 país, pela forma de pensar que é válida e que deve ser respeitada porque ele quer estar aí, obrigue pelos mecanismos existentes a que os outros que querem caminhar em outras velocidades não possam avançar. Parece-me terrível que, sem querer, pratique-se um provérbio que não existe, mas eu inventei, que diz: “água que não será bebida, deixe-a suja”. Se não vai ser minha, que não seja de ninguém, se eu não posso ir nesse ritmo, ao menos impeço que os outros vão nesse ritmo. Isso é o que é feito aqui na ALADI.

Então, frente a esse grave problema - não podemos dizer a nenhum país que se retire-acredito que se 4 ou 6 países querem chegar a acordos em determinados temas, deve-se dar na ALADI os mecanismos para que nesses temas esses países cheguem a acordos. Aqueles países que não acordam nesses temas podem ficar de fora, não da ALADI, mas desses acordos. Não vejo sentido no fato de que por um país não estar de acordo, não se

possa chegar a uma aprovação, o que provoca uma frustração nos que querem ou que têm uma liderança para que se impulsionem idéias.

Esse ponto, que pode não estar em consonância com a organização, com o estatuído de como deve funcionar. Espero conversar com o senhor Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores sobre este tema nos próximos dias, porque minha idéia é propor a eles que, nos Grupos de Trabalho, nos Alternos, quando já se tiver chegado a um tema com duas, três ou mais posições, eu possa pedir autorização para que os representantes da Missão em Montevidéu não compareçam a essas reuniões, e coloquem-se a trabalhar noutros temas, porque, se já está esgotado, para que continuar conversando?

É preferível que elaborem outros documentos de outros temas até que as Chancelarias decidam que se avance nisso, mas para mim é um desperdício a forma com que a ALADI esteve trabalhando, de acordo com o que tenho ouvido. Eu somente tenho 5 meses aqui, mas creio ser um desperdício, como dizem alguns, que há 3 anos se trabalhe assim. Outros dirão 8 anos, outros dirão que sempre se trabalhou assim e outros me dizem que é recente, mas aqui temos um historiador das sessões, e vejo ser recente essa possibilidade de que se enviem aos Alternos, para baixo. O que até agora sei de política é que se o mundo estivesse nas mãos dos técnicos, este mundo já teria acabado, porque os técnicos olham o mundo através do olho de uma agulha, têm profundidade em uma parte, mas não têm a consciência do todo. Então, é válido o conhecimento técnico, mas respaldado por uma idéia mais geral. Não se pode descer o nível para uma tomada de decisão, e quando durante uma semana, um mês ou um ano não se avançar em determinado tema, penso que a prática de deixar técnicos discutindo sobre esse ponto é um desperdício de recursos e uma perda de tempo.

Simplesmente haveria que congelar esses temas até que as Chancelarias tenham tomado as decisões para o avanço do mesmo, se seguirmos com os procedimentos. Porque o outro caminho é ver aqueles que estão dispostos a avançar até onde se chegou e se houver mecanismo legal para que esses países possam avançar e funcionar enquanto os outros se decidem.

Lamentavelmente, em nosso país existem vários tempos, e predomina o tempo feudal, no qual deve ser dado tempo ao tempo, e isso me parece terrível. Há uns dias fiz uma reflexão à Ministra saliente, nos dias que estava por sair, parecida com o falado aqui sobre o problema dos tempos e sobre a necessidade de que nossas Chancelarias, nossos Embaixadores, nossos funcionários, nossos professores e o conjunto de nossas sociedades entrem em um processo de capacitação, de informação para que tomem consciência do novo tempo histórico que a humanidade está vivendo e a necessidade de ir a uma mudança de era.

O Ministro Gargano repetidas vezes disse que se deve aproveitar esta oportunidade histórica ou se pode ser traidor dela. Creio que há uma conjuntura na América Latina como nunca antes houve, mas, lamentavelmente, outros países como os asiáticos são muito mais rápidos que nós, porque fomos colonizados pelos espanhóis e ainda temos esse mal-herdado deles, e depois nos julgam por isso- que está baseado no manual do perfeito idiota latino-americano. Mas esse manual e esse curso de estupidação de nos encontrar-nos em maus hábitos e em mau uso do tempo não foram inventados por nós, são formas de colonização que temos e da qual temos que sair se quisermos ir à velocidade que a época requer.

Agradeço a atenção e espero que tenha podido ser útil em algo neste grave problema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Muito obrigada. Apresento algumas idéias relacionadas ao estado atual dos trabalhos prévios ao Conselho. Como bem se dizia inicialmente, o documento apresentado era um documento de trabalho, não de consenso, e realmente os Alternos trabalharam intensamente, pois os problemas que existem não são somente de visão política, há problemas técnicos, há problemas de fundo, que tornam mais complexa a negociação, e o corpo técnico nos Grupos de Trabalho e em Alternos trabalhou sobre a base das instruções recebidas das capitais e, digamos, trabalhou intensamente também conosco, os Chefes das Representações. Ou seja, eu quero realmente valorizar muito positivamente o trabalho realizado pelos Alternos na defesa das posições das distintas Representações, isso é uma parte.

Em relação à vontade política e à vontade dos países no que diz respeito ao processo de integração, quero ratificar, algo já exposto em todas as reuniões, mas creio que neste momento é importante fazê-lo, a vontade de Cuba de trabalhar e avançar pela integração. Fazemos isso no âmbito da ALADI e concebemos a integração como um princípio. De fato, meu país trabalha e defende, nos Grupos de Trabalho e nas distintas reuniões realizadas aqui a incorporação de um grupo de elementos que considera básicos na integração, mas há países que não podem avançar nos mesmos ritmos. As particularidades dos cenários em que se desenvolvem os momentos de incorporação fazem com que os ritmos não possam ser os mesmos e daí as posições que sustentamos.

Queria ratificar essa vontade porque considero importante o tempo que nós, Representantes, vamos ter este mês, pois possibilita que, ao mais alto nível em nossos países, caso haja oportunidade de ir às capitais, esses documentos sejam trabalhados, o que permite conseguir um balanço de posicionamentos com o espírito e a vontade plena de avançar tanto no Conselho de Ministros como na Conferência, que Cuba apoiou também. Sabemos que talvez não se possa avançar tudo o que queremos no Conselho de Ministros, pois será um tempo em que nos permitiremos polir os documentos e ter *feed back* imediato para estarmos em condições, quando nos reincorporarmos, de talvez conseguirmos melhores resultados.

Considerava importante apresentar este posicionamento de Cuba em relação à integração e nossa vontade de fazer não somente os trabalhos avançarem, mas também reforçar o papel da ALADI neste processo integrador. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora Ruiz. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Também era para expressar minha concordância com as opiniões das Representações no sentido de que foram dados alguns retrocessos nos avanços que havíamos conquistados na última reunião de Chefes de Representação.

Nessa oportunidade, lembro que o Representante da Argentina dizia que era o mínimo possível conseguido e já havia acrescentado que seria conveniente avançar a partir desse mínimo possível.

Aparentemente, na reunião de Alternos houve alguns temas que foram abertos, alguns retrocessos e lamentavelmente agora estão apresentados em documentos que deverão ser discutidos. Em todo caso, a Representação da Bolívia quer reiterar seu compromisso de avançar mais decididamente nas fases seguintes, certamente no nível de Chefes de Representação, mas também com o espírito efetivamente construtivo de avançar e não de retroceder, porque acredita que isso é o que todos desejamos e é disso que o processo de integração necessita.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Bem, não serei muito eloqüente com respeito aos Embaixadores que me precederam, mas gostaria de fazer uma proposta bem específica, espero que possa ser de ajuda.

Seguindo o assinalado pelo Embaixador da Argentina, no que diz respeito a levantar os colchetes, sugerimos que cada Coordenador de Grupo de Trabalho, na maior brevidade possível, prepare projetos de Resolução sem colchetes, e que esses sejam levados ao Comitê de Representantes, sem passar pelos Alternos ou pelos Chefes de Representação. Se quisermos fazer consultas bilaterais, será iniciativa de cada um de nós.

Creemos que chegar sem propostas, depois dos mandatos que temos, ao Conselho de Ministros não nos resulta apresentável.

Também compartilho perfeitamente a iniciativa da Embaixadora da Colômbia, mas não pensamos que devemos submeter nossos Ministros a uma reflexão no Conselho de Ministros, pelo menos nesta etapa, mais adiante poderia ser. Pensamos que pode fazer parte da agenda da reunião de convergência que queremos fazer.

Repetindo a proposta, demo-nos este mês de janeiro ou o que nos pareça prudente, tomara que antes, para ter propostas sem colchetes. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós concordamos com muitas das manifestações feitas aqui em relação à intensidade e à vontade com que temos trabalhado.

Nossa Representação apresentou uma proposta que considerávamos que podia ser uma base para cumprir com o mandato da Resolução 59 (XIII), mas como se disse aqui em Alternos, quando se falou do programa e do mandato da Resolução 59 (XIII), houve uma conclusão de que não estávamos em condições de abordar a elaboração de um programa neste momento. Consideramos, portanto, que a análise que está faltando em alguns elementos -no caso da liberalização do mercado já havíamos dito que falta uma análise para poder determinar metas- falta não somente nesse componente, como também em todos os componentes do Espaço de Livre Comércio.

Nós concordamos com o fato de que a Resolução 59 (XIII) efetivamente não marca uma rota muito clara de como cumprir com seus objetivos, está cheia de ambigüidades construtivas que, em seu momento, nos permitiram chegar a ter esta Resolução aprovada. Conseguiu-se, com essa série de ambigüidades construtivas, um equilíbrio, no qual víamos todos nossos interesses refletidos nos interesses de todos os países-membros. Em conseqüência, as medidas que vamos adotando para a conformação do Espaço de Livre Comércio têm que manter consonância, e para isso, temos que continuar observando esse

equilíbrio atingido na 59. Acredito que está claro que, para o México, a integração da América Latina como região é uma prioridade.

Compartimos as reflexões feitas pelo Embaixador Vera em relação à falta que está fazendo na América Latina de responder como região às necessidades apresentadas pelo mundo de hoje, pela economia mundial.

Acredito que há uma insatisfação generalizada em todos nós, não estamos chegando às metas que cada um está se propondo ou tem como proposta, mas o que sim temos claro é que necessitamos trabalhar, não importam os componentes que vão sendo priorizados, estamos de acordo que devemos trabalhar por etapas. A Resolução 59 (XIII) tem um objetivo muito ambicioso e não temos que o perder de vista. Nos trabalhos que vamos fazendo, sempre temos que ter presente que há um objetivo na 59 e que temos que continuar avançando, tentando guardar esse equilíbrio que a 59 atingiu. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Continuando na tônica das diferentes Representações, visto o início do debate, para a Venezuela é indispensável reiterar uma vez mais seu compromisso com a integração. Demos mostras, na região, inclusive de maneira propositiva, de ir vendo esquemas de integração que permitam aproximar os povos, não vou entrar aqui em exemplos, que são conhecidos, do mesmo modo que são conhecidos os esforços que estamos fazendo nesse sentido.

Segundo, para nós também é indispensável resgatar uma vez mais algumas coisas que dissemos em diferentes instâncias da ALADI, porque temos a mesma preocupação, enquanto não pudemos avançar em consenso. Mas, ao mesmo tempo, temos a tranqüilidade que o Tratado de Montevideú 1980 nos permitiu reconhecer, uma vez mais, que a impossibilidade de avançar em uníssono não é, diríamos, nenhuma tragédia. Somos doze países que têm realidades diferentes, que vêm a um espaço onde todos temos a intenção de estabelecer princípios das políticas nacionais, mas que nos colocamos vulneráveis, de alguma maneira. Estamos todos aqui tentando fazer certa contenção em alguns temas, mas desde a perspectiva nacional, entendendo que a ALADI tem mecanismos que não fazem que outros mecanismos avancem, e que é um assunto que nos dá tranqüilidade no sentido de que a Venezuela poderá ter reservas em alguns temas, mas o Tratado de Montevideú foi tão sábio que não impede que o conjunto, se fossem onze seria muito bom, mas vimos que realmente nos temas que vimos, não somente são onze que não estão de acordo, mas que são menos que onze, por isso diríamos que não se pôde avançar coletivamente em Resoluções mais limpas do que há.

Sempre gosto de resgatar algumas expressões da Representação do Chile quando apresenta que as realidades objetivas se expressam nesta mesa. Nós entendemos a dinâmica que estivemos transitando nesses últimos três meses, porque realmente pusemos esforço maior nesses últimos três meses para preparar o Conselho, e acredito que o que temos é a expressão da dinâmica que há tanto nos países como, diríamos, na impossibilidade de chegar sequer a esses mínimos que em algum momento foi dito que seria a saída. Foram criadas algumas alternativas, mas as realidades objetivas continuam dizendo que temos limitações por diferentes razões, não? Cada país terá seu posicionamento, mas também entendemos que, por diferentes razões, cada um tem um compromisso, além disso, instruções de deixá-lo posto na Mesa.

Acreditamos que quando os Chefes nos deram a encomenda de ver como buscamos caminhos, nós dissemos que dificilmente os Alternos ou qualquer instância da Representação podia em nenhum momento vir com outras instruções que não fossem as oriundas de nossas Chancelarias dependendo dos temas, mas que continuam sendo válidas todas as instâncias onde se possa gerar um maior nível de discussão.

Queremos ratificar que para nós a instância do Conselho de Ministros tem a vigência e a importância que estão descritas e apresentadas, e nunca vamos pensar que a Conferência de Avaliação e Convergência possa estar acima do Conselho, nem que vamos dar prioridade à Conferência em detrimento do Conselho de Ministros. Queremos deixar isso claro, dissemos que a Conferência tem suas atribuições, também é importante que em algum momento, surgiu como uma fórmula, válida, entendo para ir avançando ou deixando temas, como um espaço para uma discussão em mais tempo dos plenipotenciários, pensando que a Conferência não ia se reunir nem um ou uns dias, mas que pudesse ter mais espaço de discussão para a revisão do processo regional e as outras atribuições que têm, mas sim pensamos, e isso dissemos em uma oportunidade, que deveríamos deixar ao Conselho de Ministros um espaço para a reflexão, visto que definitivamente estamos em um ponto não sei se de encruzilhada, mas sim em um ponto em que se estão requerendo definições políticas do mais alto nível que nós entendemos que as Representações fazem o esforço de apresentar nesta mesa, mas, chegado o momento é o Conselho de Ministros, onde mais além de assinar Resoluções, deveriam ter um espaço e umas reflexões que devemos e que, além disso, é também mandatário deles mesmos, que em algum momento quiseram reivindicar o novo papel da ALADI, que creio que eles também não tiveram tempo de refletir sobre isso.

Acredito que este é um momento histórico. Reconhecendo as dinâmicas de todos os países, creio que o Conselho de Ministros, independentemente que vá ou não assinar, - não sabemos como continuará caminhando este trânsito -, resoluções soltas, uma *plus*, ou o formato que em algum momento definamos, é importante que neste Conselho de Ministros, caso aconteça, existam realmente linhas mais definitórias e mais claras para a execução da Resolução 59 (XIII), que continua sendo, com todas as limitações que possamos ter encontrado para sua aplicação, o “guarda-chuva” com o qual trabalhamos nesses últimos tempos, e creio que vai continuar, porque era impossível pensar que em três anos íamos cumprir tudo o que está na Resolução 59 (XIII) com todas as ambigüidades e dificuldades que têm.

Nós também em algum momento dissemos que tínhamos reservas sobre temas porque a Venezuela está em um processo conhecido por todos, diríamos, até um processo de adesão a outro mecanismo de integração, no qual também estamos em negociações, sobretudo no tema de acesso e liberação de mercados, que queremos, esse é um caminho que estamos transitando paralelamente, e que também nos faz conduzir com muita mesura. Mas, a Venezuela vai querer que os outros países avancem se quiserem avançar, sempre dissemos, a ALADI dá esse poder aos países de avançar regional ou parcialmente, ou como se defina nos mecanismos, e, pelo menos nesse sentido, queremos ratificar nossa vontade de continuar trabalhando e, certamente, acompanhar o processo até onde nosso ritmo nos permitir, mas em nenhum momento com o ânimo de impedir que os outros países avancem com os esquemas que possam definir-se no âmbito das linhas que estão no Tratado de Montevideu.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. É evidente que entre os oito projetos de Resolução que temos aqui, há alguns que são mais técnicos, eu

creio que Cuba falou sobre isso, e que se conseguiu avançar ou pelo menos chegar a um ponto de maior entendimento sobre esses projetos. O Ministro Brito, por exemplo, disse-me que em Origem e Salvaguardas houve um certo avanço.

Sobre essa base, levando em conta a sugestão feita pelo Chile e também a possibilidade de levar em conta o ponto em que nós, Chefes de Representação, chegamos aqui sobre aquelas Resoluções que não são tão técnicas, sugeriria que o senhor Presidente pudesse -mas não para esse ano, para o próximo, para nossa próxima reunião- reunir um pouco, como disse o Chile, o ponto em que chegamos na reunião dos Chefes de Representação, algumas outras preocupações mais fundamentais que foram apresentadas, inclusive na reuniões dos Alternos, para que, assim, fosse possível trazer uma Resolução limpa.

Acredito que simplesmente tirar os colchetes não facilitaria muito, porque há textos alternativos que se incluíram nesses projetos mais importantes, então, talvez, o senhor pudesse, em dois projetos de Resoluções que realmente são menos técnicos e mais políticos e, portanto, demandariam mais de nosso poder decisório, quais sejam, acesso a mercados de bens e a convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência. Sobretudo porque os dois têm muito a ver um com o outro, não? E têm muito a ver também com um programa que faríamos de trabalho sobre a base da 59, pensando muito mais na 59 plus ou plus, plus e não 59 menos.

Pensaria nesses dois projetos, o de acesso a mercados de bens e o da convocatória, talvez o Presidente pudesse nos oferecer um texto que reunisse o ponto em que chegamos na reunião de Chefes. Não estou dizendo que chegamos a um consenso, de maneira nenhuma, mas ao menos não percamos esse ponto. Não vamos perdê-lo, estivemos o discutindo muito. Muitos de nós pediram instruções, e aqui mesmo assistimos, como eu disse, a instruções que foram dadas diretamente das capitais por telefone a uma ou duas Representações.

Então não vamos perder esses dois pontos, vamos tentar voltar aí, levando em conta algumas coisas importantes discutidas na reunião dos Alternos, e tentar ter textos limpos sobre esses dois projetos, acesso a mercados em bens e convocatória da Conferência, em nossa primeira ou segunda reunião de janeiro ou fevereiro. Essa é minha sugestão, como forma de não perder o que fizemos, não perder o que o Embaixador do Equador estava dizendo, não perder todo o trabalho e o esforço que, no final de contas, foram feitos e não podemos dizer que não foram válidos. Temos que reconhecer nosso próprio esforço, essa é minha sugestão, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Secretaria-Geral pede a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Na realidade, não corresponde à Secretaria-Geral, nesta instância que é essencialmente política, formular proposições ou tentar interpretar as proposições das Representações dos países-membros, que são efetivamente os que geram o impulso político desta Organização. Mas sim cabe à Secretaria não ser insensível ao debate de idéias aqui propostas, porque isso seria resignar seu compromisso com a própria Associação.

Sob nosso ponto de vista, ainda que isso possa provocar dissensos, foram feitas análises, estudos, inclusive, em alguns casos quase até a saciedade, em outros, como sempre sucedem essas coisas, os temas não avançam com a mesma velocidade, mas há

algo que me parece que tem que ser um pouco o axioma do qual partamos, se é que queremos chegar a uma conclusão idêntica. Trabalhos, estudos e análises foram feitos, o que acontece é que há diferentes posicionamentos e estratégias de inserção na Associação Latino-americana de Integração.

Permito-me simplesmente assinalar que se para algo serviu esse triênio foi para evidenciar as diferentes maneiras com que cada um dos países observa a possibilidade de usar este instrumento. A ALADI, definitivamente, é um instrumento, não é um fim em si mesmo, e o grau de utilidade do instrumento pode ficar, de alguma maneira, reduzido ou confinado a esse tipo de testemunho irrefutável que a ALADI dá por meio de suas informações e isso seria, claro, um ativo, mas esse ativo tem duas maneiras de ser visto, como um ativo não habilitante a novas instâncias ou como um ativo a partir do qual se possam construir novas instâncias.

Nesse sentido, o set de Resoluções do ano de 2004, outubro de 2004, precisamente, creio que tentou, seguindo a linha da Resolução 55 (XII), mostrar que a ALADI tinha novos espaços de responsabilidade na construção de um espaço regional integrado e por isso as Resoluções são as que são, por isso têm o grau de ambição que têm.

Então, o que aconteceu nesses três anos? Que a leitura da Resolução 59 (XIII), especialmente a 59 foi diversa, houve univocidade para aprová-la, mas não para interpretá-la e implementá-la.

Na dissidência na implementação é que acredito radicar o *quid* desse desencontro e dessa frustração antecipada que está sendo vivida ante a impossibilidade de que o Conselho de Ministros, em sua agenda e em suas Resoluções, não esteja à altura da própria natureza do corpo.

Então, como Secretaria-Geral -e tenho neste caso a possibilidade de dizê-lo com toda a franqueza, porque fui em seu momento também dos que apoiaram as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), em outra condição- sente que a tarefa de implementação não se pôde levar a cabo em sua totalidade, ainda que parcialmente. Não compartilho a tese de que o produto que temos hoje permita ainda ser melhorado, aperfeiçoado. Acredito que isso é possível se colocarmos a serviço dessa atitude uma busca minuciosa das coincidências e uma postergação das diferenças. Não vamos ficar, certamente, de acordo em tudo, mas busquemos o acordo naquilo que é básico e tenhamos a capacidade de formulá-lo de maneira tal que impliquem mensagens claras ao corpo político, de que nessa orientação a região está decidida a avançar. Se não fizermos esse esforço, talvez, então, tenhamos que pensar em um debate maior, um debate quase existencial, para falar de algum modo, que coloque à mesa a pertinência deste modelo ou a necessidade de substituí-lo por outro.

Gostaria de fazer uma reflexão muito simples, que talvez em uma primeira leitura pudesse ser caracterizada como banal, mas às vezes o evidente não é evidente. O tema é dar para a integração um tanto por cento nas estratégias nacionais. Quanto é esse tanto por cento que cada país dá para a integração em suas estratégias nacionais? Eu tenho dificuldades, em alguns casos, para determinar qual é essa porcentagem, e nenhum mecanismo de integração considerado historicamente cresceu e se aprofundou tanto, embora não apareça uma porcentagem importante de atenção à integração nas respectivas políticas nacionais. Então, creio que por aqui passa uma parte significativa da questão.

Por último, quero dizer-lhes que para a Secretaria-Geral será extremamente importante continuar trabalhando daqui até março, e por isso conversamos com o Presidente, e inclusive com a Representação que o sucederá no mês de janeiro, para ter

nossa primeira sessão de trabalho em 24 de janeiro, como uma maneira de retomar o trabalho dentro de um mês, usar fevereiro intensamente, ainda reconhecendo que nele há algum feriado, mas usá-lo intensamente e fazer um esforço final que, ao menos, legitime o valor da convocatória do Conselho de Ministros, e permite a uns e a outros, às Representações e à própria Secretaria, mostrar que não houve nem insensibilidade, nem frivolidade, nem ausência de compromisso com os temas.

Isso é o que eu queira dizer, Presidente, e desculpe-me por haver tomado esse tempo.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Para ser franco, creio que seguimos por um mau caminho. Dizemos que a 59 (XIII) tem um monte de erros, certamente tem, e certamente também tem um monte de pontos de equilíbrio, mas também está claro que nos foi dado um mandato, também estava claro que esse mandato estabelecia a forma progressiva, está claro que houve reunião dos Altos Funcionários e foram estabelecidas prioridades, que, por sua vez, foram definidas claramente.

Então, que hoje digamos que a 59 é imperfeita, que as reuniões dos Altos Funcionários não nos deram suficientes elementos etc., é voltar a ocultar a verdade, e eu acredito que o ponto de partida de qualquer coisa é a sinceridade. Se não formos sinceros, é impossível que consigamos avançar.

De todas as maneiras, nós somos aqueles que vão continuar fazendo esforços até o último dia, tentando alcançar resultados. Tomamos a proposta do Chile como uma possibilidade, parece que seria útil que os Coordenadores tentassem trazer para a primeira reunião de trabalho um projeto de Resolução sobre cada tema, eliminados os colchetes, ou seja, que de acordo com o seu real entender - porque o Coordenador é o que tem a visão de cada uma das Representações - apresente projetos. Creio não ser necessário discuti-los novamente, porque faz 3 anos que estamos dando linhas argumentais, não é verdade? Não, isso não porque sim, isso não porque não.

Permitam-me exemplificar. Em alguns temas fizemos enormes esforços tentando avançar e, claro, não conseguimos atingir o máximo. Mas se conseguiu algum avanço, por exemplo, em todo o tema de Solução de Controvérsias, em todos os temas que citamos os especialistas, etc.. O que acontece é que nas Resoluções nem mesmo se quer reunir os avanços alcançados pelos especialistas, sob a argumentação que como vamos fazer-lhes dizer aos Ministros unanimidade tão grande, de reunir os avanços que tivemos durante as reuniões de especialistas. Está claro que, se nem mesmo queremos reunir as coisas que fomos construindo, dificultosa e trabalhosa ao longo deste tempo, é impossível encontrar alguma solução.

Depois me permito não concordar com o mencionado pela Representação do Peru. O tema da convocatória para a Conferência de Avaliação e Convergência, volto a repetir, não foi para que pendurássemos todas as bolinhas na Árvore de Natal, foi exclusivamente para tratar o problema de acesso a mercados. Em função disso o Peru propôs a convocatória para a Conferência, e eu estou de acordo que a convoquemos para isso, mas o que acontece? Na reunião de Alternos, começamos a propor que vejam também Solução de Controvérsias, Origem, COD, podemos propor para a Conferência que analise se corresponde -e em que porcentagem- o aumento salarial do pessoal da Secretaria, porque

também é um tema que envolve a ALADI, ou também podemos pôr esse tema na agenda do Conselho de Ministros.

Em síntese, Presidente, penso o seguinte; permito-me dissentir da Representação da Colômbia no sentido que me parece que é altamente arriscado que façamos uma convocatória do Conselho de Ministros "aberto" para que ali se produza o debate. Concretamente, cada um de nós sabe que está em contato com a sua Chancelaria, que por sua vez está em contato com os Ministérios de Comércio Exterior, Aduanas, etc., e a realidade que todos sabemos que quando os Chanceleres vêm, todos trabalham com pastas preparadas pelos mesmos quadros técnicos e os Chanceleres, mais além do que queremos vão ter que expressar os pontos de vista que reúnem as visões nacionais, com erros, com acertos, com a burocracia antiga que temos, mas que reflete a realidade. Então, parece-me que se corrêssemos esse risco daí sim estamos pondo a existência da ALADI em um caminho muito perigoso.

Em resumo, Presidente, acredito que valeria a pena reunir as propostas do Chile e do Brasil, e que quando chegarmos à primeira sessão não voltemos a repetir linhas argumentais que todos já falamos quinhentas vezes, simplesmente se vota a favor ou contra e então aquilo que for apoiado pela maioria é levado ao Conselho de Ministros e o que tiver minoria, não.

E no Conselho de Ministros haverá a última oportunidade para aqueles que estão em desacordo com uma série de pontos de que seu respectivo Chanceler expresse que não está de acordo com tal ou qual ponto. Mas o que não tem sentido é que continuemos repetindo, permanentemente, as mesmas linhas argumentais ou recorramos a outras novas linhas argumentais para dissimular o que parece uma incapacidade para avançar.

Então, retomo também o assinalado pela Venezuela, a ALADI tem como enorme vantagem a flexibilidade, portanto vejamos quem são aqueles que podem avançar em um caminho e quem não, pelo menos que isso fique refletido em algum nível. O que estou propondo concretamente é respaldar a proposta do Chile e do Brasil de que haja propostas de Resoluções sobre todos os temas para a primeira reunião de 24 de janeiro, que ali tomemos conhecimento e que uma semana depois façamos uma votação de todos os projetos de Resolução, sim ou não. Por que digo isso? Porque não podemos reservar-nos o mês de fevereiro para trabalhar pela simples razão que devemos mandar os papéis às capitais com antecedência mínima de 15 ou 20 dias para que tenham a possibilidade, por sua vez, de fazer as consultas que tiverem que ser feitas.

Então, não temos mais tempo, já postergamos a reunião, que sei que está no ânimo de cada um de nós, que se não houvesse a necessidade de eleger o sucessor do Secretário-Geral, estaríamos todos aqui trabalhando para postergar a reunião do Conselho de Ministros, ao menos para fins de 2008, ou até mesmo para 2009 ou 2010. Chegaremos a encontrar o caminho.

Presidente, acredito que não temos mais tempo e que está proposta pode, se não ajudar, ao menos saber onde cada um está parado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Aproveitando as opiniões vertidas pela Representação da Argentina e pela Delegação do Brasil, nossa proposta não vai ao simples exercício de levantar os colchetes. Entendemos que o exercício significa fazer um projeto de Resolução sobre a base dos avanços que temos, que

pela minha perspectiva foram difíceis mas importantes, e sobre essa base construir uma Resolução sem colchetes, mas tem que ser uma Resolução essencialmente coerente, não se trata de cortar e colar e penso ser essa uma responsabilidade muito importante.

Retomando a especificidade do Embaixador do Brasil, acredito que a Presidência deva assumir essa responsabilidade, pode ser com a ajuda do Coordenador do Grupo que ele estimar conveniente e com o apoio inegável da capacidade técnica da Secretaria. Nós, perdoem-me por citar o exemplo, em controvérsias fizemos um exercício de retroalimentação permanente na qual a Secretaria deu sua opinião, os países deram sua opinião e tudo isso inicia com a opinião do Coordenador em uma primeira instância, que engatilha o processo. Agora, em um último esforço por tentar construir um projeto sem colchetes e limpo, que espero que, depois de um erro que me passou, mas que, em nosso entender, é uma Resolução coerente e isso é o que nos interessa, poderemos estar de acordo com aquilo ou não, aqueles que não estiverem de acordo dirão que não, e os que estiverem dirão sim, e veremos como resolvemos isso. Mas não é um mero exercício de levantar colchetes, e sim ter um projeto muito firme e muito coerente sobre cada Resolução, inclusive aceitamos contribuições para que avancemos nessa, tomara, última construção. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Álvaro Ángel Malmierca Guillama). Obrigado, Presidente.

O Uruguai esteve escutando com muita atenção tudo o que foi dito, acreditamos que tudo foi importante e mostra uma realidade que temos hoje e, nesse sentido, acreditamos que se em algo serviu a reunião de Alternos, na qual se trabalhou, certamente, com todo o brio possível, é que de alguma maneira fotografou a realidade na qual nos encontramos e demonstrou que o suposto avanço falado aqui, na verdade, era ilusório, pois uma vez que os países começam novamente a debater os temas, os elementos que os separam voltam, uma vez mais, a aparecer.

Nós pensamos e somos um país com ânimo de abertura e de integração, está em nossas próprias bases, nossa vocação integracionista, está em nossa própria Constituição, mas também acreditamos que não haveria nada pior que uma integração forçada. Deve-se chegar à integração por um consenso, por uma vontade de todos e nesse sentido também cremos que não é que tenha faltado tempo para reflexão, a dizer, a reflexão não é feita somente nesse mesa, é feita em cada um de nossos países, cada país sabe qual é a sua possibilidade, qual é a sua vontade no que se refere a acompanhar processos de integração.

Acreditamos que o que falta, fundamentalmente, mais que reflexão ou análise, é vontade política. Acreditamos também que há diferenças de opinião de como se produz um avanço, o que para alguns países é avanço, para outros não é. Nesse sentido sim, teríamos que algum dia ficar de acordo, mas está na forma de agir das Nações a base de que cada país tem sua opinião soberana a respeito dos temas. Também percebemos em muitos países um temor à abertura, obviamente, há países que sentem que suas economias poderiam sentir-se debilitadas por apostar em maior abertura. Essa também é uma realidade contra a qual não podemos fazer nada.

Acreditamos que a posição apresentada, qual seja, de se de efetuar um conselho deliberativo, é um posicionamento que seria muito bom se não fosse o fato de que nossos Ministros são justamente os Chefes, aqueles que emitem nossas instruções. Ou seja, o que

se esteve agindo aqui não é mais do que viemos recebendo em matéria de instruções, alguns países receberam instruções de serem mais propícios à abertura, outro foram mais reticentes. Nesse sentido, lamentavelmente, sabendo como é um Conselho de Ministros, a escassa duração que tem, não podemos pensar que os Ministros pudessem vir uma quantidade suficiente de dias como para poder realmente resolver todos os temas que aqui não puderam ser resolvidos durante tanto tempo.

Ao mesmo tempo, queremos ser otimistas nesse sentido, não é que falte para a nossa região união, na realidade o próprio fato de que tenhamos todos esses esquemas de integração demonstra que em determinados momentos houve impulsos que possibilitaram chegar a isso, chegar a esta mesa. Talvez esses países asiáticos, mencionados há pouco, recém agora estejam fazendo um processo de aproximação, mais além do sucesso de suas economias, que cada um, na verdade, solitariamente, essa é uma das questões que mais se fala internacionalmente que esses países foram reticentes a processos de integração e agiram de fora solitária. É importante, muito bem-vindo, que apresentem processos integradores que vão além de suas diferenças. Mas nós podemos nos sentir orgulhosos de que existe todo um sistema de integração montado e não podemos pensar que esse sistema se derruba porque exista neste momento um estancamento conjuntural, que poderia ser perfeitamente superado com o tempo.

Há situações, às vezes, que são determinantes desde o ponto de vista político, desde o ponto de vista histórico, o tema dos tempos que também foi referido pelo senhor Embaixador do Equador, bem, talvez não seja uma questão entre o tempo feudal de dar tempo ao tempo, tampouco correr na frente do tempo. Talvez, o que sim a América Latina tenha que encontrar é seu próprio tempo e evitar correr atrás de tempos que são impostos por outros lugares. Nesse sentido, digamos que nossos próprios processos têm que encontrar seus momentos e têm que chegar a seus pontos de quando for o momento propício.

Também entendemos que esta Associação, justamente a partir da constituição da ALADI, a dizer, quando se transforma ALALC em ALADI, tem um momento de quebra a favor de uma maior flexibilidade, isso permite justamente que muitos países tenham podido criar outros esquemas de integração, de aproximação, tanto bilateral ou entre vários países, e isso segue aberto, ou seja, que o conceito quando falamos da possível votação, do possível desejo de alguns países de avançar e outros não tanto, bem, também sempre existe a possibilidade de que esses países fiquem de acordo nos elementos que desejem avançar e fazê-lo, posto que votar, se bem *a priori* parece uma opção útil para destravar uma situação como a que temos hoje em dia, talvez fosse uma situação provisória, pois logo, quando houvesse um Conselho de Ministros, nada nos diz que os Ministros que resultaram em minoria viriam apoiar a maioria que se obteve aqui neste âmbito, assim que, nesse sentido, devemos ser cuidadosos na hora de apresentar esse tema, pois o que mais tentamos é buscar consenso.

Nesse aspecto, o Uruguai valoriza e acompanha o projeto apresentado pelo Chile a respeito do tema de Solução de Controvérsias e valoriza a sugestão efetuada pelo Chile a respeito dos demais temas. Acreditamos que seria importante aproximar textos sem colchetes, indubitavelmente, textos que, como também foi dito aqui em seu momento, teriam que ser *de minimis*, posto que o que poderíamos encontrar, como bem assinalava o Secretário-Geral, são aqueles elementos nos quais podemos ficar de acordo, o que sem dúvidas significa elementos mínimos, e deixar para mais adiante os elementos que estejam apresentando problemas.

Nesse sentido, aparece no horizonte a famosa convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência, e pensamos que a Conferência talvez não tenha de ser a panacéia universal, não venha para resolver todos nossos problemas, mas pensamos que, pelo visto, pelo que podemos valorar nessas reuniões, existe uma lógica esperança de que pelo menos seja um fórum no qual se possa chegar a melhores resultados.

Também acreditamos que existe um tipo de vazio nas Resoluções que o pacote contém, posto que o que não estamos fazendo é uma Resolução na qual o Conselho dê linhas específicas para a Conferência. Acreditamos que o Comitê –isso é uma questão simplesmente jurídica- tem o poder, a atribuição de citar a Conferência, mas por uma questão hierárquica não tem o poder de dar as linhas, então, dado que no tempo vai ser primeiro o Conselho, cremos que é uma estupenda oportunidade para que o Conselho de Ministros, como órgão máximo da Associação, estabeleça linhas concretas para evitar, o que dizia o Embaixador da Argentina, que a Conferência possa começar a estudar qualquer tema ou projetar-se em coisas que não é o que realmente todos ansiamos, que está fundamentalmente no tema de acesso a mercados, mas o Uruguai entende que a Conferência também poderia abordar outras matérias que apresentam problemas, hoje em dia, aparentemente insolúveis.

O Uruguai propõe a realização de um texto que eventualmente nossa Representação possa traçar e o envio de um projeto às Representações, marcando as linhas que o Conselho deveria dar para a Conferência, para que essa possa -dado que é um marco importante no futuro da Associação- voltar-se diretamente aos temas de relevância, nos quais queremos resolver os problemas que temos neste momento. Muito obrigado, por agora.

PRESIDENTE. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de assinalar que minha Representação, quando propôs a convocatória da Conferência, não o fez somente pensando no tema de acesso a mercados, mas sim no Espaço de Livre Comércio em sua totalidade, e sempre mencionou que, dentro do marco do artigo 33, estão contempladas todas as atribuições e nelas estão especificamente claros quais são temas que o referido órgão pode tratar.

Nesse sentido, nós consideramos, como mencionado pela Representação do Uruguai - e apoiamos a iniciativa que acaba de ser apresentada -, que a Conferência deveria voltar-se às Resoluções 59 e 61 (XIII) e serão eles, os que priorizem e aprovelem a agenda que considerem apropriada para levar a cabo a análise de tais temas.

Em segundo lugar, com relação à proposta apresentada pela Representação do Chile, consideramos importante e sugerimos também que se avalie a conveniência de continuar apresentando propostas individuais ou que se elabore uma só Resolução que compreenda todos os temas e, a partir dela, se assinalem claramente quais são os avanços em cada um desses temas. De repente isso poderia facilitar enormemente o trabalho que estamos realizando e poderia ficar também refletido qual o caminho que deveríamos seguir para aproveitar a próxima presença de nossos Chanceleres.

Por último, senhor Presidente, queria aproveitar este fórum para resgatar uma intervenção feita pelo Representante da Comunidade Andina no Encontro de Cúpula do MERCOSUL, no sentido de incluir na agenda de trabalho o processo de convergência Comunidade Andina - MERCOSUL e ALADI. Foi uma proposta que creio que seria interessante resgatar. No mês de fevereiro, em algum momento, através de uma

videoconferência, por exemplo, poder-se-ia realizar um espaço de reflexão entre as três Secretarias, na qual, ao menos por parte de minha Representação, gostaríamos de estar presentes para conhecer como eles vêm todos os temas que nós estamos trabalhando e como veriam este processo de convergência que é o que nos impulsiona, ao menos a dez dos doze países que estão aqui presentes para a conformação da comunidade sul-americana. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Tenho um breve comentário a fazer, somente.

Já estivemos discutindo aqui se trabalharíamos – isso fizemos há dois meses - sobre a base de projetos de Resoluções separados ou sobre um projeto *omnibus*, e chegamos à conclusão, tanto que temos aqui oito resoluções, que trabalharíamos sobre projetos de Resoluções separados. Se o objetivo é diluir ainda mais tudo o que está nos projetos, falamos, então, de um projeto *omnibus*, totalmente conceitual, que não tenha nenhuma definição concreta e então teremos uma reunião de Conselho de Ministros bem frutífera e bem produtiva. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, não há nenhuma Representação que queria fazer uso da palavra Estamos, resumindo, na seguinte situação:

Há uma proposta da Representação do Chile e outra da Delegação do Brasil que creio ser muito complementares. Perdão, há uma proposta também da Representação da Colômbia que aparentemente não recebeu, creio, maiores mostras de apoio sobre o caráter que teria que ter a reunião do Conselho de Ministros.

As duas propostas que considero complementares são as do Brasil e do Chile, que implicariam que, nos próximos dias, para a primeira reunião do Comitê de Representantes, no momento em que decidamos de janeiro, houvesse projetos de Resolução de todos os pontos que vimos tratando, que teriam que ser encarregado pela Presidência junto com os Coordenadores de cada um dos Grupos de Trabalho, e para mencionar o que dizia o Brasil, fazendo especial nota ao projeto de acesso a mercados e ao projeto de Solução de Controvérsias, creio.

- Diálogos

Não, acesso a mercados e a convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência. A Representação do Uruguai já adiantou que poderia trabalhar nesse projeto.

Eu recolho essas sugestões e, à medida que me corresponda, me encarregarei, junto aos Coordenadores, de tentar levá-la adiante, de ser possível antes que tivéssemos a próxima reunião do Comitê de Representantes. Creio que em alguns casos seria relativamente simples, naqueles casos em que há Resoluções que estão muito avançadas e que têm muito poucos pontos de discordâncias.

Permito-me fazer uma pequena reflexão. Na reunião do MERCOSUL recém terminada, mencionada por vários dos presentes, diria que um dos elementos para mim mais importantes que tem a ver com a vontade política foi o fato de que todos os Presidentes fazerem finca-pé, dando prioridade a um par de temas, tanto o Presidente Tabaré Vázquez, como a Presidenta da Argentina; Cristina Fernández, como o Presidente Duarte, como o

Presidente Lula Da Silva, em suas intervenções fizeram referência a certos temas que resultaram, coincidentemente, dois principais: assimetrias e eliminação da dupla cobrança alfandegária, ou seja, um passo para a livre circulação de mercadorias.

Em sua intervenção o Presidente Lula foi mais explícito dizendo que talvez não se devesse fazer uma enorme lista de Resoluções e de repasse de temas, mas sim forçar os setores técnicos e as burocracias a cumprir prazos determinados, o mandato de levar adiante e de resolver esses dois temas. De alguma forma, ficou a agenda marcada para o próximo semestre.

Nós estamos, com certeza, bem mais atrasados, em uma etapa bastante anterior ao processo que leva adiante o MERCOSUL, mas creio que em nossas deliberações há um par de temas que são os que estão gerando mais dificuldades. Eu pediria aos Representantes que fizessem todos os esforços possíveis para que fosse dada, nas capitais, no próximo mês, prioridade maior em termos políticos para que pudessem ser nivelados. Refiro-me, especificamente, ao tema do âmbito de aplicação de algumas Resoluções que estivemos discutindo e ao tema de acesso a mercados, incluindo a vontade política da abertura até Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, mencionado também repetidamente.

Creio que esses temas devem ser encarados com um esforço de vontade política e se nos limitarmos, se conseguimos dar a suficiente ênfase para esses temas, creio que chegaremos mais facilmente, entre o momento de janeiro que voltamos a nos reunir e o Conselho de Ministros, a poder progredir no próximo Conselho de Ministros.

Consulto agora se estariam de acordo com esse proceder que propus de encarregar o Presidente e os Coordenadores de apresentar esses projetos de Resolução, e sugeriria que nossa próxima reunião poderia ficar marcada por volta de 20 de janeiro, que é domingo, e poderíamos pensar em reencontrar-nos como Comitê de Representantes na quinta 24 de janeiro para continuar com nossos trabalhos.

Deixo a palavra para as Representações.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Não ficou muito claro para nós quando os projetos de Resolução vão circular.

PRESIDENTE. A sugestão foi que isso aconteceria na primeira reunião que teremos ao voltar. Meu desejo é o de tentar fazê-lo o quanto antes, ou seja, antes dessa reunião, mas o que foi proposto aqui foi que para essa reunião os projetos estivessem disponíveis Farei o maior esforço para que isso esteja disponível nos próximos 15 dias, digamos.

Bem, não havendo maiores observações... A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Não, não há observações, como ao longo da exposição fomos tão duros em julgar o resultado dos produtos dos Alternos, quero deixar constância que o ocorrido não está em detrimento dos Alternos, mas sim que em todo caso é uma responsabilidade compartilhada. O que foi feito pelo grupo de Alternos foi manifestar as impossibilidades que tínhamos, digo isso porque meu Alternos está indo embora, e quero que vá com uma boa lembrança e não com a lembrança de que criticamos duramente seu trabalho. Obrigado, Presidente.

6. Definição da data da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros

PRESIDENTE. Bem, falta o sexto ponto, que é a definição da data da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Temos a seguinte situação: há várias Representações que expressaram em reuniões anteriores as datas de 7 e 11 como possíveis, e que estavam de acordo. A Representação do Chile, em particular, comunicou por escrito que estaria de acordo com a realização do Conselho de Ministros dia 11. Gostaria de saber se há outras Representações que já tenham definido o dia possível para a próxima reunião do Conselho de Ministros.

Tem a palavra a Representação do México e depois o Peru.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós também recebemos uma comunicação de nossa Secretaria de Economia indicando-nos que a melhor data para nós seria também 11 de março. Obrigada.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Em nosso caso, o Chanceler estaria disposto a vir em qualquer uma das duas datas, portanto, acompanharemos o consenso. Obrigado.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). O Chanceler, no caso da Colômbia, expressou a vontade de vir em qualquer uma das datas, de acordo com a conveniência de todos, de maneira que se for 11, 11 ele virá.

PRESIDENTE. Muito bem, no caso do Uruguai, farei todo o possível para tentar comprometer o Ministro para 11.

Ofereço a palavra para a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Somamo-nos ao consenso, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Simplesmente era para somar-me ao consenso, no sentir que a data 11 de março é a mais conveniente. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Queria simplesmente saber quando circulam o relatório da Presidência e o relatório preliminar que a Secretaria ofereceu para apresentar ao Conselho de Ministros, diríamos, os preparatórios que estavam culminando.

PRESIDENTE. Creio que, no caso do Relatório do Comitê de Representantes que havia começado a elaborar, há um primeiro rascunho que menciona o que foi dito em relação às Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), no marco de cada uma delas, os avanços neste período e, por sua vez, e que também remarca até o momento os acordos subscritos, os protocolos entre outubro de 2004 e a data em que se vai realizar o Conselho de Ministros, bastante detalhadamente, e deixa em aberto o conteúdo da parte dos acordos aos que se chegarão antes do próximo Conselho de Ministros, porque esse relatório vai incluir o

resultado das deliberações que vamos chegar entre 24 de janeiro e a Reunião do Conselho de Ministros.

Íamos fazer chegar ao Embaixador Franklin González, podemos fazer chegar no dia de amanhã -não há nenhum problema- para que ele continue elaborando o que vai corresponder informar ao Conselho de Ministros.

A Secretaria quer fazer algum comentário sobre o tema? Não.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Sim, Presidente, o que gostaríamos é ter a possibilidade de termos também esse avanço de relatório, que nos parece ser muito importante que as Representações possam ir vendo. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, no que diz respeito ao relatório do Comitê de Representantes, vou adiantar ao Embaixador Franklin González, que vai ser o responsável pelo relatório ao Conselho de Ministros, ele verá o momento que o passará para as Representações.

Ofereço a palavra para a Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, desculpe. Nossa Representação havia entendido que nos havíamos comprometido com a circulação de dois documentos para todas as Representações, o relatório da Presidência e um relatório preparatório da Secretaria, preliminar, sobre os trabalhos feitos, que se estão preparando, que temos, com vistas ao Conselho de Ministros. Estava presente o Subsecretário Maidana e creio que isso foi o que entendemos e acordamos, por isso, perguntamos pelos relatórios. Como o senhor me deu razão do relatório da Presidência, porque é uma questão que cabe continuar particularmente a nossa Representação, gostaríamos de saber se a Secretaria vai circular um preliminar dos trabalhos que estavam sendo feitos com vistas à preparação do Conselho de Ministros, porque várias Representações o haviam pedido para ir avançando, porque também temos que o revisar, mandá-lo às Chancelarias e ver como continuamos com essa revisão.

PRESIDENTE. Eu não tinha entendido que havia compromisso, mas passo a palavra à Secretaria-Geral.

SUBSECRETÁRIO (Isaac Maidana Quisbert). Obrigado, Presidente. A respeito desses dois temas. Os dois relatórios surgiram devido à existência de um documento do Comitê de Representantes onde, em um cronograma, foi acordado que serão enviados esses relatórios, tanto do Comitê como da Secretaria. Esse é o primeiro ponto.

O segundo, quando me foi solicitado qual seria o estado desses relatórios, indiquei que do Comitê não podia dar resposta, e que o da Secretaria se informaria oportunamente.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, queria que ficasse claro que a data finalmente concordada para o Conselho de Ministros, pelas solicitações por via escrita e vontade da maioria de apoiar o consenso -maioria a qual me incorporo- é 11 de março. Digo isso porque ficou meio flutuando ali, então, seria bom que soubéssemos que é 11 de março para informar nossas Chancelarias. Obrigado.

PRESIDENTE. O Secretário-Geral solicita a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado. Duas precisões simplesmente, para uso interno da Secretaria. Devemos entender que 11 de março foi aprovado como data para a celebração do Conselho de Ministros, portanto, devemos entender que estamos em condições, por parte da Secretaria, de fazer as comunicações aos respectivos países através das Representações aqui presentes. Essa é a primeira coisa e isso, naturalmente, será feito imediatamente.

A segunda coisa tem relação com o relatório preliminar, o mesmo está em processo -e por uma razão muito simples- a reunião de hoje mostra a impossibilidade de ter providenciando um relatório que usaria uma quantidade de resultados eventuais e, portanto, pouco haveria contribuído para beneficiar as Representações em seu relacionamento com as capitais. Por isso o Subsecretário Maidana, em seu momento, falou de oportunamente, o oportunamente refere-se precisamente a ter os elementos de base para estar em condições de fazê-lo.

O relatório preliminar está sendo elaborado, e, naturalmente, à medida que o Presidente estiver em condições de apresentar o relatório, servirá de base também para que nós possamos concluir o relatório preliminar, tendo em conta que temos reuniões em janeiro, ou seja, seria preliminar, preliminar.

PRESIDENTE. Bem, tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado. Presidente, estão me lembrando quem, para formalizar a decisão, necessitaríamos adotar uma Resolução convocando o Conselho de Ministros para o dia 11 de março. A Resolução 321 de 5 de novembro de 2007 foi a que decidiu postergar a realização, então, concretamente, deveríamos aprovar formalmente uma Resolução com a data de 11 de março. Obrigado.

PRESIDENTE. Havíamos previsto um projeto de Resolução titulado: Data da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que leio:

“O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 32 e 35 do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 317 e 321 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

Fixar ... de março de 2008 como a data para a realização da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação.”

Pergunto a todas as Representações se estariam de acordo em estabelecer a data de 11 de março para a reunião do Conselho de Ministros.

Aparentemente estamos de acordo, então o resolutivo diria:

“Fixar 11 de março de 2008 como a data para a realização da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação”.

Esse seria o projeto de Resolução, que podemos distribuir rapidamente.

Adiante, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado. Relembro que, na Resolução 317, havia dois artigos, o primeiro era a convocatória e o segundo a definição da agenda, já aprovada naquela oportunidade. Creio que o único que haveria de fazer é repeti-la, porque nela consta a instalação do Conselho de Ministros, eleição de autoridades, aprovação da agenda, relatório do Presidente do Comitê de Representantes, relatório do Secretário-Geral, consideração de projetos submetidos, eleição do Secretário-Geral, Assuntos Diversos, etc.

Então, creio que podemos repetir exatamente a mesma agenda, já aprovada anteriormente.

PRESIDENTE. Consulto as Representações. Como a Resolução que acaba de mencionar a Representação da Argentina está incluída na agenda, na medida em que está incluída no visto do projeto de Resolução, não faria falta repeti-lo na parte resolutiva.

Não sei se estão de acordo com isso. Bem, se fosse assim, daríamos por aprovada a Resolução tal qual se encontra. Fica registrada com o número 323.

“RESOLUÇÃO 323

DATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 32 e 35 do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 317 e 321 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

Fixar 11 de março de 2008 como a data para a realização da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação.”

7. Assuntos Diversos

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto, que é Assuntos Diversos.

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Estamos no último ponto, Assuntos Diversos, e verdadeiramente vou afastar-me do tema já acordado de como continuar procedendo.

Farei referência à carta da Associação de Funcionários da ALADI, ALAFADI, que li e gostaria, se todos nós estivéssemos de acordo, de pedir à Presidência para que desse uma resposta à AFALADI em nome do Comitê de Representantes. Parece que essa carta

merece uma especial atenção, portanto, gostaria de solicitar que a Presidência respondesse para a AFALADI o que discutimos aqui.

PRESIDENTE. Perfeito, assim será feito.

Bem, Representantes, falta somente, antes de brindarmos com Ricardo, recordar-lhes que sendo esta a última reunião do Comitê de Representantes do ano, eu queria agradecer toda a colaboração que me deram como Presidente em todo este período para os trabalhos que realizamos e desejar nos próximos dias um feliz Natal e um ótimo ano novo a todos os senhores, com um forte abraço. Muitas felicidades.
